Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013 10

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012 11

Demonstração do Valor Adicionado 12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 13

Balanço Patrimonial Passivo 14

Demonstração do Resultado 16

Demonstração do Resultado Abrangente 18

Demonstração do Fluxo de Caixa 19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013 20

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012 21

Demonstração do Valor Adicionado 22

Comentário do Desempenho 23

Notas Explicativas 30

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 90

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 93

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 94

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 96

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 97

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/05/2013	Ordinária		0,42314
Reunião do Conselho de Administração	07/02/2013	Dividendo	27/03/2013	Ordinária		0,88309
Reunião do Conselho de Administração	30/07/2013	Dividendo	23/09/2013	Ordinária		1,17591
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,37503

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	8.789.866	9.039.567
1.01	Ativo Circulante	1.018.991	1.292.313
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	228.710	736.317
1.01.03	Contas a Receber	595.115	450.027
1.01.03.01	Clientes	465.839	413.001
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	129.276	37.026
1.01.03.02.01	Dividendos a receber de controladas	129.276	37.026
1.01.04	Estoques	58.815	42.317
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.134	305
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.134	305
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a recuperar	1.134	305
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	135.217	63.347
1.01.08.03	Outros	135.217	63.347
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	9	0
1.01.08.03.02	Combustível a reembolsar	66.787	2.060
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	68.421	61.287
1.02	Ativo Não Circulante	7.770.875	7.747.254
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	257.951	230.054
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	257.951	230.054
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	18.859	13.814
1.02.01.09.04	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	116.588	108.616
1.02.01.09.06	Outros ativos não circulantes	35.618	20.738
1.02.02	Investimentos	2.837.073	2.763.992
1.02.02.01	Participações Societárias	2.837.073	2.763.992
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.514.695	2.434.189
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	322.378	329.803
1.02.03	Imobilizado	4.666.321	4.742.243
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.504.000	4.696.907
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	162.321	45.336
1.02.04	Intangível	9.530	10.965
1.02.04.01	Intangíveis	9.530	10.965

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	8.789.866	9.039.567
2.01	Passivo Circulante	1.276.776	1.280.442
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	61.800	61.400
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	61.800	61.400
2.01.01.02.01	Provisão para remuneração e encargos	61.800	61.400
2.01.02	Fornecedores	125.717	127.546
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	125.717	127.546
2.01.03	Obrigações Fiscais	461.673	362.975
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	459.113	357.959
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	431.789	356.528
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	26.228	0
2.01.03.01.03	Outros	1.096	1.431
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.989	4.393
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	1.989	4.393
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	571	623
2.01.03.03.01	ISS a pagar	571	623
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	471.658	333.048
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	303.094	163.006
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	292.321	148.705
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.773	14.301
2.01.04.02	Debêntures	168.564	170.042
2.01.05	Outras Obrigações	116.882	334.666
2.01.05.02	Outros	116.882	334.666
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.727	247.292
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	3.270	3.129
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	101.885	84.245
2.01.06	Provisões	39.046	60.807
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.147	28.439
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	468	468
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.500	3.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	9.179	24.471
2.01.06.02	Outras Provisões	26.899	32.368
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	26.899	32.368
2.02	Passivo Não Circulante	2.207.535	2.259.537
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	485.047	646.520
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	485.047	487.972
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	157.867	286.667
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	327.180	201.305
2.02.01.02	Debêntures	0	158.548
2.02.02	Outras Obrigações	1.198.546	1.074.742
2.02.02.02	Outros	1.198.546	1.074.742
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.061.977	964.758
2.02.02.02.04	Outras obrigações	136.569	109.984
2.02.03	Tributos Diferidos	142.356	183.673
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	142.356	183.673
2.02.04	Provisões	381.586	354.602

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	162.977	139.004
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.685	20.494
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.890	6.294
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	137.402	112.216
2.02.04.02	Outras Provisões	218.609	215.598
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	218.609	215.598
2.03	Patrimônio Líquido	5.305.555	5.499.588
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.769.940	2.331.017
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	60.450	45.098
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	576.429
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	408.137	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	541.563	582.656
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.454	48.454

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	908.611	2.649.174	954.188	2.607.823
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-326.485	-912.998	-328.982	-971.164
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-23.936	-65.419	-49.521	-158.962
3.02.02	Transações no mercado de energia de curto prazo	-24.721	-44.504	-1.257	-20.735
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-61.687	-179.082	-66.917	-198.960
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-209.898	-604.895	-205.159	-573.886
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.243	-19.098	-6.128	-18.621
3.03	Resultado Bruto	582.126	1.736.176	625.206	1.636.659
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	5.573	12.568	3.446	50.040
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.419	-4.856	-3.013	-9.451
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.339	-123.923	-39.624	-115.554
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.744	6.538	2.623	10.813
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais	3.449	5.403	2.482	7.953
3.04.04.04	Outras receitas operacionais	295	1.135	141	2.860
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.378	-7.290	-18.280	-27.788
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais	-1.280	-4.841	-2.092	-11.208
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-2.098	-2.449	-16.188	-16.580
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.965	142.099	61.740	192.020
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	48.117	145.445	62.747	194.689
3.04.06.02	Amortização de ágio / Direito de concessão	-1.152	-3.346	-1.007	-2.669
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	587.699	1.748.744	628.652	1.686.699
3.06	Resultado Financeiro	-13.500	-100.518	-76.284	-198.237
3.06.01	Receitas Financeiras	70.032	130.841	14.373	44.908
3.06.02	Despesas Financeiras	-83.532	-231.359	-90.657	-243.145
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	574.199	1.648.226	552.368	1.488.462
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-172.812	-498.262	-162.454	-429.463
3.08.01	Corrente	-218.797	-539.579	-185.631	-414.312
3.08.02	Diferido	45.985	41.317	23.177	-15.151

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	401.387	1.149.964	389.914	1.058.999
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	401.387	1.149.964	389.914	1.058.999
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,61492	1,76174	0,59735	1,62239
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,61492	1,76174	0,59735	1,62239

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	401.387	1.149.964	389.914	1.058.999
4.03	Resultado Abrangente do Período	401.387	1.149.964	389.914	1.058.999

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.333.849	1.217.985
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.945.781	1.810.168
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	1.648.226	1.488.462
6.01.01.02	Depreciação e amortização	273.078	279.243
6.01.01.03	Resultado de participação societária	-142.099	-192.020
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	75.853	86.516
6.01.01.05	Juros	87.811	134.167
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquidas	463	3.787
6.01.01.07	Outros	2.449	10.013
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-611.932	-592.183
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-73.160	-82.716
6.01.02.02	Reembolso de aquisição de combustível	-64.727	5.934
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-4.251	8.069
6.01.02.04	Estoques	-16.498	-241
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	-762	23.681
6.01.02.06	Outros ativos	6.734	-14.406
6.01.02.07	Fornecedores	-5.665	-35.688
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-401.158	-436.152
6.01.02.09	Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-54.557	-68.441
6.01.02.10	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-18.995	-20.923
6.01.02.11	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	13.667	4.986
6.01.02.12	Outros passivos	7.440	23.714
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-216.226	-65.137
6.02.01	Aumento em investimentos	-44.861	-126.184
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-191.404	-56.781
6.02.03	Aplicação no intangível	-1.899	-1.475
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	21.938	119.303
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.625.230	-1.602.889
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	360.650	0
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-371.649	-179.825
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.612.076	-1.421.051
6.03.04	Parcelas de concessões pagas	-2.155	-2.013
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-507.607	-450.041
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	736.317	567.119
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	228.710	117.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	-767.568	0	-1.343.997
5.04.08	Dividendos do 2º semestre de 2012	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.04.09	Dividendos do 1º semestre de 2013	0	0	0	-767.568	0	-767.568
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.149.964	0	1.149.964
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.149.964	0	1.149.964
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.352	25.741	-41.093	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	15.352	-15.352	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	41.093	-41.093	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.769.940	408.137	590.017	5.305.555

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	-693.759	0	-1.211.101
5.04.08	Dividendos do 2º semestre de 2011	0	0	-517.342	0	0	-517.342
5.04.09	Dividendos do 1º semestre de 2012	0	0	0	-693.759	0	-693.759
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.058.999	0	1.058.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.058.999	0	1.058.999
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.101	35.795	-49.896	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	14.101	-14.101	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	49.896	-49.896	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.758.916	401.035	704.212	5.401.624

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	2.932.823	2.872.961
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.934.137	2.886.681
7.01.02	Outras Receitas	-1.314	-13.720
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	1.135	2.860
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-2.449	-16.580
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-473.385	-556.609
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-144.636	-210.134
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-118.641	-115.910
7.02.04	Outros	-210.108	-230.565
7.02.04.01	Reversão (constituição) de provisões operacionais	562	-3.255
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-179.082	-198.960
7.02.04.03	Outros	-31.588	-28.350
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.459.438	2.316.352
7.04	Retenções	-273.078	-279.243
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-273.078	-279.243
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.186.360	2.037.109
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	272.940	236.928
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	142.099	192.020
7.06.02	Receitas Financeiras	130.841	44.908
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.459.300	2.274.037
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.459.300	2.274.037
7.08.01	Pessoal	171.838	151.671
7.08.01.01	Remuneração Direta	110.340	97.350
7.08.01.02	Benefícios	35.551	31.563
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.749	7.221
7.08.01.04	Outros	18.198	15.537
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	787.447	711.975
7.08.02.01	Federais	770.816	692.324
7.08.02.02	Estaduais	15.248	18.329
7.08.02.03	Municipais	1.383	1.322
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	138.111	136.012
7.08.03.01	Juros	118.376	103.915
7.08.03.02	Aluguéis	6.665	8.369
7.08.03.03	Outras	13.070	23.728
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	82	0
7.08.03.03.02	Outros	12.988	23.728
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.149.964	1.058.999
7.08.04.02	Dividendos	767.568	693.759
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	382.396	365.240
7.08.05	Outros	211.940	215.380
7.08.05.01	Encargos setoriais	112.425	100.744
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	99.515	114.636

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	12.150.960	12.265.121
1.01	Ativo Circulante	1.788.689	1.985.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	765.300	1.179.976
1.01.03	Contas a Receber	759.659	622.916
1.01.03.01	Clientes	759.659	622.916
1.01.04	Estoques	63.221	45.374
1.01.06	Tributos a Recuperar	52.275	64.749
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	52.275	64.749
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a recuperar	52.275	64.749
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	148.234	72.290
1.01.08.03	Outros	148.234	72.290
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	680	1.309
1.01.08.03.02	Combustível a reembolsar	66.787	2.060
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	80.767	68.921
1.02	Ativo Não Circulante	10.362.271	10.279.816
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	471.221	487.231
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.901	16.992
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.901	16.992
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	453.320	470.239
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	112.145	128.185
1.02.01.09.04	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Depósitos vinculados	107.197	103.310
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	118.962	110.411
1.02.01.09.07	Outros ativos não circulantes	28.130	41.447
1.02.03	Imobilizado	9.759.770	9.683.085
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.207.951	8.984.088
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	551.819	698.997
1.02.04	Intangível	131.280	109.500
1.02.04.01	Intangíveis	131.280	109.500

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	12.150.960	12.265.121
2.01	Passivo Circulante	1.805.184	1.690.673
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	62.428	61.785
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	62.428	61.785
2.01.01.02.01	Remunerações e encargos a pagar	62.428	61.785
2.01.02	Fornecedores	317.179	219.328
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	317.179	219.328
2.01.03	Obrigações Fiscais	482.503	416.076
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	460.910	388.959
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	432.548	383.026
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	26.755	3.782
2.01.03.01.03	Outros	1.607	2.151
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	20.800	25.733
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	20.800	25.733
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	793	1.384
2.01.03.03.01	ISS a pagar	793	1.384
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	660.701	527.085
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	492.137	357.043
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	481.364	342.742
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.773	14.301
2.01.04.02	Debêntures	168.564	170.042
2.01.05	Outras Obrigações	242.889	404.861
2.01.05.02	Outros	242.889	404.861
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	12.026	247.591
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	51.388	48.800
2.01.05.02.05	Outras obrigações	179.475	108.470
2.01.06	Provisões	39.484	61.538
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.585	29.170
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	468	468
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.500	3.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	9.617	25.202
2.01.06.02	Outras Provisões	26.899	32.368
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	26.899	32.368
2.02	Passivo Não Circulante	5.037.088	5.072.197
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.809.188	3.007.460
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.809.188	2.848.912
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.482.008	2.647.607
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	327.180	201.305
2.02.01.02	Debêntures	0	158.548
2.02.02	Outras Obrigações	1.676.628	1.504.159
2.02.02.02	Outros	1.676.628	1.504.159
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.489.676	1.380.126
2.02.02.02.04	Outras obrigações	186.952	124.033
2.02.03	Tributos Diferidos	164.272	199.430
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	164.272	199.430
2.02.04	Provisões	387.000	361.148

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	168.391	145.550
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.450	22.260
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.004	7.733
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	140.937	115.557
2.02.04.02	Outras Provisões	218.609	215.598
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	218.609	215.598
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.308.688	5.502.251
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.769.940	2.331.017
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	60.450	45.098
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	576.429
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	408.137	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	541.563	582.656
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.454	48.454
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.133	2.663

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.416.462	4.080.708	1.297.250	3.645.089
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-709.313	-1.972.421	-524.272	-1.561.505
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-197.836	-605.688	-162.077	-500.677
3.02.02	Transações no mercado de energia de curto prazo	-138.552	-286.828	-1.406	-21.230
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-78.763	-228.775	-83.330	-246.231
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-287.919	-832.032	-271.331	-774.746
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.243	-19.098	-6.128	-18.621
3.03	Resultado Bruto	707.149	2.108.287	772.978	2.083.584
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-47.665	-144.504	-62.075	-155.604
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.851	-8.741	-4.675	-13.288
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.113	-131.161	-41.297	-120.879
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.730	4.439	2.626	10.594
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais	1.434	3.286	2.483	7.732
3.04.04.04	Outras receitas operacionais	296	1.153	143	2.862
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.431	-9.041	-18.729	-32.031
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais	-1.271	-6.454	-2.545	-12.461
3.04.05.02	Outras despesas operacionias	-2.160	-2.587	-16.184	-19.570
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	659.484	1.963.783	710.903	1.927.980
3.06	Resultado Financeiro	-61.943	-252.261	-128.330	-344.066
3.06.01	Receitas Financeiras	78.545	154.018	21.891	69.262
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.488	-406.279	-150.221	-413.328
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	597.541	1.711.522	582.573	1.583.914
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-195.998	-561.088	-192.513	-524.500
3.08.01	Corrente	-241.013	-597.155	-210.784	-494.519
3.08.02	Diferido	45.015	36.067	18.271	-29.981
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	401.543	1.150.434	390.060	1.059.414
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	401.543	1.150.434	390.060	1.059.414
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	401.387	1.149.964	389.914	1.058.999

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	156	470	146	415
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,61516	1,76246	0,59757	1,62302
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,61516	1,76246	0,59757	1,62302

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	401.543	1.150.434	390.060	1.059.414
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	401.543	1.150.434	390.060	1.059.414
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	401.387	1.149.964	389.914	1.058.999
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	156	470	146	415

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.724.514	1.596.287
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.464.659	2.390.063
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	1.711.522	1.583.914
6.01.01.02	Depreciação e amortização	433.558	412.340
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	92.972	100.821
6.01.01.04	Juros	223.766	277.920
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquidas	254	5.018
6.01.01.06	Outros	2.587	10.050
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-740.145	-793.776
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-116.928	-131.183
6.01.02.02	Reembolso de aquisição de combustível	-64.727	5.934
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	27.004	41.720
6.01.02.04	Estoques	-17.847	1.311
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	-312	21.800
6.01.02.07	Outros ativos	1.973	-19.459
6.01.02.08	Fornecedores	97.552	22.591
6.01.02.09	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-474.527	-515.244
6.01.02.10	Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-183.312	-208.302
6.01.02.11	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-18.995	-20.923
6.01.02.12	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	16.499	6.755
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	-9.085	-23.181
6.01.02.14	Outros passivos	2.560	24.405
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-429.050	-244.669
6.02.01	Aplicação em investimentos	-11.462	0
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-412.620	-240.481
6.02.03	Aplicação no intangível	-4.968	-4.188
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.710.140	-1.710.090
6.03.01	Empréstimo e financiamentos obtidos	458.934	70.525
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-520.557	-317.620
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.612.076	-1.421.051
6.03.04	Parcelas de concessões pagas	-38.198	-36.454
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	1.757	-5.490
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-414.676	-358.472
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.179.976	781.808
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	765.300	423.336

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	-767.568	0	-1.343.997	0	-1.343.997
5.04.08	Dividendos do 2º semestre de 2012	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.04.09	Dividendos do 1º semestre de 2013	0	0	0	-767.568	0	-767.568	0	-767.568
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.149.964	0	1.149.964	470	1.150.434
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.149.964	0	1.149.964	470	1.150.434
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.352	25.741	-41.093	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	15.352	-15.352	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	41.093	-41.093	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.769.940	408.137	590.017	5.305.555	3.133	5.308.688

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726	2.277	5.556.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726	2.277	5.556.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	-693.759	0	-1.211.101	0	-1.211.101
5.04.08	Dividendos do 2º semestre de 2011	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.04.09	Dividendos do 1º semestre de 2012	0	0	0	-693.759	0	-693.759	0	-693.759
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.058.999	0	1.058.999	415	1.059.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.058.999	0	1.058.999	415	1.059.414
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.101	35.795	-49.896	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	14.101	-14.101	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	49.896	-49.896	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.758.916	401.035	704.212	5.401.624	2.692	5.404.316

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

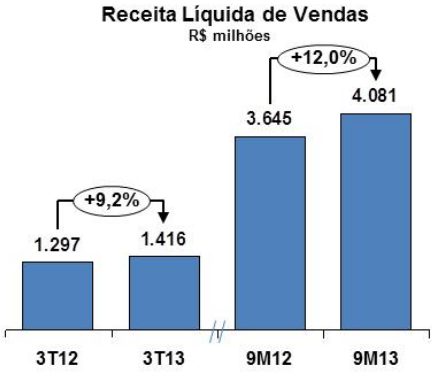
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	4.858.831	4.282.059
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.563.158	4.081.405
7.01.02	Outras Receitas	-1.434	-16.708
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	1.153	-16.708
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-2.587	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	298.955	217.634
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.848	-272
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.638.277	-1.186.692
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-941.927	-563.023
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-149.463	-147.111
7.02.04	Outros	-546.887	-476.558
7.02.04.01	Gastos na construção de Usinas	-281.783	-188.230
7.02.04.02	Constituição de provisões operacionais	-1.320	-4.457
7.02.04.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-228.775	-246.231
7.02.04.04	Outros	-35.009	-37.640
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.220.554	3.095.367
7.04	Retenções	-433.558	-412.340
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-433.558	-412.340
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.786.996	2.683.027
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	154.018	69.262
7.06.02	Receitas Financeiras	154.018	69.262
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.941.014	2.752.289
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.941.014	2.752.289
7.08.01	Pessoal	176.157	155.535
7.08.01.01	Remuneração Direta	113.947	100.492
7.08.01.02	Benefícios	36.039	31.905
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.973	7.601
7.08.01.04	Outros	18.198	15.537
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.044.729	962.037
7.08.02.01	Federais	982.530	896.999
7.08.02.02	Estaduais	60.634	63.535
7.08.02.03	Municipais	1.565	1.503
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	281.223	290.537
7.08.03.01	Juros	239.309	224.322
7.08.03.02	Aluguéis	8.434	10.471
7.08.03.03	Outras	33.480	55.744
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	17.172	29.404
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	16.308	26.340
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.149.964	1.058.999
7.08.04.02	Dividendos	767.568	693.759
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	382.396	365.240
7.08.05	Outros	288.941	285.181
7.08.05.01	Encargos setoriais	138.364	124.242
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	150.107	160.524
7.08.05.03	Acionista não controlador	470	415

Comentário de desempenho - Consolidado

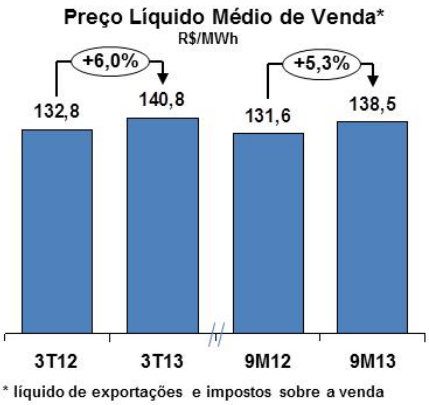
Receita Líquida de Vendas

No 3T13, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 9,2%, ou R$ 119,2 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R$ 1.297,3 milhões para R$ 1.416,5 milhões. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram os seguintes: (i) R$ 70,8 milhões – elevação do preço médio líquido de venda, que contempla expressiva alteração no mix de vendas, conforme já apontado no item "Clientes"; (ii) R$ 54,7 milhões – aumento decorrente das transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e (iii) R$ 8,0 milhões – redução da receita com exportação de energia.



- **Preço médio líquido de venda**

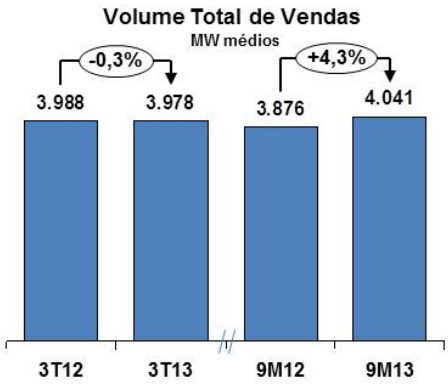
O preço médio de venda de energia, líquido de exportações e impostos sobre a receita, foi de R$ 140,75/MWh no 3T13, 6,0% acima do apurado no mesmo trimestre de 2012, cujo valor foi de R$ 132,77/MWh. A elevação do preço ocorreu, essencialmente, em razão da atualização monetária dos contratos existentes, bem como dos maiores preços praticados em novos contratos para consumidores livres, parcialmente amortecidos pelos aumentos abaixo da inflação dos preços médios de venda para distribuidoras, em decorrência do vencimento e redução de contratos com preços superiores às médias praticadas atualmente pelo mercado.



- **Volume de vendas**

Desconsiderando-se os efeitos da exportação de energia de 26 GWh (12 MW médios) ocorrida no terceiro trimestre de 2012, a quantidade de energia vendida nos períodos comparados se manteve no mesmo nível, passando de 8.779 GWh (3.976 MW médios) no 3T12 para 8.783 GWh (3.978 MW médios) no 3T13.

A estabilidade no volume de vendas decorreu da combinação dos seguintes fatos: (i) aumento de 730 GWh (331 MW médios) no fornecimento de energia para consumidores livres; (ii) decréscimo de 425 GWh (193 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras; e (iii) redução de 301 GWh (136 MW médios) na venda de energia para comercializadoras.



Comentários sobre as variações da receita líquida de vendas, por natureza de conta

a) Suprimento de energia elétrica

A receita de venda a distribuidoras e comercializadoras alcançou R$ 760,6 milhões no 3T13, montante inferior aos R$ 813,6 milhões auferidos no 3T12. As seguintes variações contribuíram para esse efeito: (i) R$ 63,6 milhões - redução de 425 GWh (193 MW médios), ou 8,5%, no volume de vendas para distribuidoras; (ii) R$ 36,6 milhões - elevação de 5,3% no preço médio líquido de venda para distribuidoras; (iii) R$ 33,5 milhões - decréscimo de 301 GWh (136 MW médios), ou 36,7%, na quantidade de energia vendida para comercializadoras; e (iv) R$ 7,5 milhões - ampliação do preço da energia vendida para as comercializadoras em 10,6%.

b) Fornecimento de energia elétrica

A receita de venda a consumidores livres aumentou 35,1% entre os trimestres em análise, passando de R$ 352,0 milhões no 3T12 para R$ 475,6 milhões no mesmo período de 2013. Os seguintes eventos contribuíram para essa variação: (i) R$ 90,0 milhões - crescimento de 730 GWh (331 MW médios), ou 24,5%, na quantidade de energia vendida; e (ii) R$ 33,6 milhões - elevação de 8,5% no preço médio líquido de venda da energia.

c) Transações no mercado de curto prazo

No 3T13, a receita auferida no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, foi de R$ 172,0 milhões, enquanto no mesmo trimestre de 2012 foi de R$ 117,3 milhões, representando uma evolução de R$ 54,7 milhões. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item "Detalhamento das operações de curto prazo, inclusive as transações na CCEE".

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços subiram 35,3%, ou R$ 185,0 milhões, entre os trimestres comparados, passando de R$ 524,3 milhões no 3T12 para R$ 709,3 milhões no 3T13. Essa variação decorreu, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** incremento de R$ 35,8 milhões no 3T13 em comparação com o mesmo trimestre de 2012, refletindo os reajustes de contratos de longo prazo existentes e os preços dos contratos com vigência iniciada em 2013, bem como o aumento no volume de compras de energia.

b) **Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE:** entre os trimestres em análise, os custos com essas transações foram superiores em R$ 137,2 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

c) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** redução de R$ 6,3 milhões no 3T13 em relação ao mesmo trimestre de 2012, em função, principalmente, da redução no consumo de carvão mineral próprio utilizado para exportação de energia e de gás natural para a Usina Termelétrica William Arjona.

d) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão**: queda de R$ 4,6 milhões entre os trimestres em análise, reflexo, em sua grande parte, dos efeitos de medidas impostas pelo Governo Federal que resultaram na redução de encargos setoriais sobre as tarifas de transmissão ocorrida no ano de 2013.

e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** aumento de R$ 5,4 milhões entre os trimestres comparados em razão, basicamente, do incremento de geração das unidades hidrelétricas da Companhia.

f) **Pessoal:** aumento de R$ 2,9 milhões em relação ao terceiro trimestre de 2012 em razão, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados, além do aumento de quadro.

g) **Materiais e serviços de terceiros:** incremento de R$ 4,4 milhões em comparação com o 3T12 em decorrência do aumento nos custos com a manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia.

h) **Depreciação e amortização:** ampliação de R$ 9,2 milhões entre os trimestres em análise, em razão, sobretudo, da entrada em operação das novas unidades geradoras da UHE Estreito.

Detalhamento das Operações de Curto Prazo, Inclusive as Transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra ou venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses e que tenham como objetivo principal a otimização da exposição da Tractebel na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Dessa forma, o preço da energia em tais operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal - e, portanto, de curto prazo - dos resultados advindos da contabilização na Câmara. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No 3T13, a Companhia obteve um resultado líquido positivo (diferença entre receitas e despesas - deduzidas dos impostos e contribuições incidentes sobre as mesmas) decorrente das transações de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE, no valor de R$ 33,4 milhões ante ao também resultado líquido positivo de R$ 115,9 milhões apurado no 3T12, ou seja, uma variação negativa de R$ 82,5 milhões entre os períodos comparados.

Essa variação decorreu, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) compra de energia no curto prazo no 3T13 para evitar uma posição devedora na CCEE; (ii) queda da receita derivada da energia secundária – energia auferida quando a geração hidrelétrica dos agentes do MRE é superior à energia por eles sazonalizada; (iii) ampliação da posição vendedora, refletindo a estratégia de alocação mensal de energia da Companhia; (iv) acréscimo na receita no MRE devido ao aumento da geração hidrelétrica; e (v) reconhecimento dos custos estimados relativos a participação dos geradores no rateio dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS), estabelecida pela Resolução CNPE 03/2013, apesar de liminar obtida pela associação que representa a Companhia, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), suspendendo os efeitos da referida Resolução.

Caso a decisão judicial seja contrária aos efeitos da Resolução CNPE 03, o custo adicional de R$ 18,0 milhões reconhecido no trimestre em análise e de R$ 42,4 milhões reconhecidos no 2T13 serão revertidos pela Companhia.

Cabe considerar que o aumento do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R$ 131,08/MWh no 3T12 para R$ 174,56/MWh no 3T13, contribuiu para os efeitos mencionados nos itens (i) a (iii) anteriormente comentados.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas se mantiveram em R$ 46,0 milhões nos trimestres em análise.

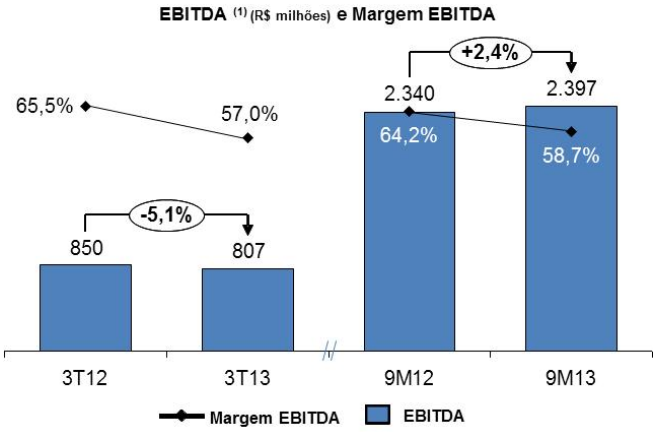
Outras Despesas Operacionais, Líquidas

As despesas reduziram em R$ 14,2 milhões entre os trimestres comparados, passando de 16,0 milhões para R$ 1,8 milhão, em razão, principalmente, das baixas realizadas no terceiro trimestre de 2012 decorrentes da substituição de máquinas e equipamentos do parque gerador da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos retro mencionados, o EBITDA no 3T13 alcançou R$ 806,9 milhões, 5,1% abaixo do apurado no mesmo trimestre de 2012, que foi de R$ 850,1 milhões. A margem EBITDA atingiu 57,0% no 3T13, representando uma redução de 8,6 p.p. em relação ao mesmo período de 2012. As quedas acima citadas decorreram, substancialmente, da redução de R$ 82,5 milhões do resultado positivo nas transações no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE, e do incremento de R$ 35,8 milhões na compra de energia elétrica para revenda, compensados parcialmente pela elevação da receita líquida no valor de R$ 77,8 milhões decorrente do aumento do preço médio líquido de venda.

No período de nove meses, o EBITDA cresceu R$ 57,0 milhões, ou 2,4%, passando de R$ 2.340,3 milhões em 2012 para R$ 2.397,3 milhões em 2013.



(1) EBITDA representa: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R$ mil)	3T13	3T12	Var. %	9M13	9M12	Var. %
Lucro líquido	401.543	390.060	2,9	1.150.434	1.059.414	8,6
(+) Imposto de renda e contribuição social	195.998	192.513	1,8	561.088	524.500	7,0
(+) Despesas financeiras, líquidas	61.943	128.330	-51,7	252.261	344.066	-26,7
(+) Depreciação e Amortização	147.382	139.151	5,9	433.558	412.340	5,1
EBITDA	**806.866**	**850.054**	**-5,1**	**2.397.341**	**2.340.320**	**2,4**

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no 3T13, essas receitas atingiram R$ 78,5 milhões, representando uma elevação de R$ 56,6 milhões em relação ao montante auferido no mesmo trimestre de 2012, que foi de R$ 21,9 milhões. Essa variação deve-se, essencialmente, ao reconhecimento de ganho não recorrente no valor de R$ 49,1 milhões oriundo da liquidação antecipada a valor de mercado da dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de seu respectivo depósito em garantia.

Despesas financeiras: essas despesas no 3T13 foram de R$ 140,5 milhões, R$ 9,7 milhões inferiores às do mesmo período do ano anterior, que foram de R$ 150,2 milhões. A queda decorreu, essencialmente: (i) da redução de R$ 19,5 milhões na variação monetária sobre concessões a pagar, devido à menor variação dos índices de inflação entre os trimestres analisados; e (ii) do aumento de R$ 11,2 milhões da despesa de variação cambial sobre empréstimos.

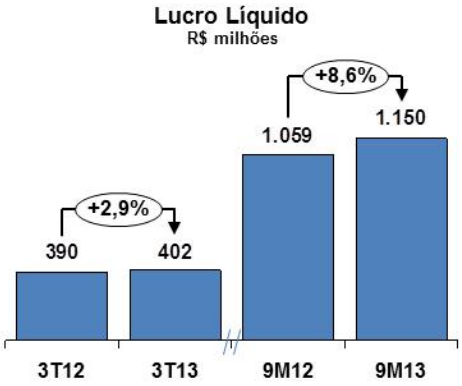
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no 3T13 totalizaram R$ 196,0 milhões, valor superior em R$ 3,5 milhões ao do mesmo trimestre de 2012, que foi de R$ 192,5 milhões. Essa variação decorreu basicamente do aumento do lucro antes dos tributos entre os trimestres analisados.

Lucro Líquido

O lucro líquido do 3T13 alcançou R$ 401,5 milhões, valor R$ 11,4 milhões, ou 2,9%, superior aos R$ 390,1 milhões apresentados no mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação decorreu, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores anteriormente comentados: (i) R$ 51,3 milhões – elevação da receita líquida em função do aumento do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 54,4 milhões – redução do resultado positivo nas transações no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE, dos quais R$ 11,9 milhões correspondem aos custos estimados relativos à participação dos geradores no rateio do ESS, estabelecida pela Resolução CNPE 03; (iii) R$ 23,6 milhões – incremento na compra de energia elétrica para revenda; e (iv) R$ 32,4 milhões – ganho não recorrente na liquidação antecipada de dívida.

No período de nove meses, o lucro líquido passou de R$ 1.059,4 milhões em 2012 para R$ 1.150,4 milhões em 2013, ou seja, um crescimento de R$ 91,0 milhões, ou 8,6%.



TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.09.2013

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. ("Companhia", "Tractebel Energia" ou "TBLE") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts (ADR)* Nível I no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, de acordo com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,3%[1] da capacidade instalada do país. Em 30.09.2013, a sua capacidade instalada, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial da última das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), em março de 2013, é de 6.909,3 [2] MW. Desse total, 80,5% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,1% de termelétricas e 2,4% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas e geração à biomassa. A energia assegurada para fins de comercialização, em 30.09.2013, é de 3.811,9 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas, seis termelétricas[3], três PCH, duas de fontes eólicas e duas com geração à biomassa.

[1] Informação com base em dados apurados na data-base de 31.12.2012.

[2] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

[3] O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

Os principais eventos relacionados com a atividade da Companhia, ocorridos no 3° trimestre de 2013, foram os seguintes:

Aquisição do Projeto Santa Mônica

No mês de agosto de 2013 a Companhia concluiu o processo de aquisição do projeto eólico Santa Mônica pelo valor de R$ 6.878. O projeto, que fica localizado no Estado do Ceará, é composto por duas usinas com capacidade instalada total de 58,8 MW e capacidade comercial de 26,5 MW médios e encontra-se em fase de estudos internos de avaliação quanto à sua implantação. Maiores detalhes estão descritos na Nota 9 – Investimentos.

Contratação de empréstimo junto ao HSBC USA

Em agosto de 2013 a Companhia contratou empréstimo junto ao HSBC USA no valor de US$ 90.000 (equivalente a R$ 207.315 na data da liberação dos recursos). A amortização do principal ocorrerá em parcela única ao final do contrato em 17.08.2015 e os juros serão amortizados trimestralmente, a partir de 18.11.2013 até 17.08.2015. A captação foi destinada principalmente à amortização da primeira parcela do empréstimo com o Bank of América Merrill Lynch.

No intuito de proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, a Companhia contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira concedente desse empréstimo.

Maiores detalhes sobre a operação podem ser encontrados na Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos.

Liquidação antecipada da dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional

Em setembro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade de seus empréstimos com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no valor de R$ 64.935. A operação gerou um ganho financeiro de R$ 49.126, correspondente à diferença entre o custo amortizado e o valor de mercado de liquidação dos depósitos em garantia do empréstimo. A quitação do empréstimo reduziu a exposição da Companhia à variação do dólar norte americano.

Data de início de pagamento dos dividendos intercalares relativos ao 1º semestre de 2013

Em 30.07.2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2013, no valor de R$ 767.568, correspondente a R$ 1,1759130707 por ação, cujo pagamento ocorreu em 23.09.2013.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais estão em consonância.

As informações trimestrais individuais da Tractebel Energia, identificadas como "Controladora", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Tractebel Energia somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

As referidas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2012 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 30.09.2013. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 30.09.2013, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2012, exceto quanto ao item apresentado abaixo.

Instrumentos financeiros derivativos, inclusive contabilidade de *hedge*

Quando necessário, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para se proteger de eventuais exposições a riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. No momento da designação inicial do instrumento financeiro derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento entre o instrumento de *hedge* e o item objeto do *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e do item objeto do *hedge*, juntamente com os métodos utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia avalia, tanto no início da relação de *hedge*, quanto em base contínua, se o instrumento de *hedge* é altamente efetivo na compensação de variações no valor justo, ou fluxos de caixa do respectivo item objeto do *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* é designado.

No presente trimestre, a Companhia designou a contabilidade de *hedge* de valor justo para determinado instrumento financeiro derivativo *(swap)* para proteção integral ao risco de exposição cambial assumido na contratação de dívida em dólar norte americano.

Numa relação de *hedge* de valor justo, tanto o instrumento de *hedge* quanto o item objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das variações de moeda estrangeira e taxa de juros.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2013

- CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada – Benefícios a empregados

As práticas contábeis relativas ao reconhecimento e mensuração dos Benefícios a empregados foram alteradas e sua adoção se tornou obrigatória a partir de 01.01.2013.

A nova norma eliminou a abordagem do método do "corredor", que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Desta forma, a Companhia, em 01.01.2013, ajustou esses valores no seu ativo e passivo, em contrapartida do patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A partir de 01.01.2013, os ganhos e perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários passarão a ser reconhecidos diretamente na rubrica "outros resultados abrangentes", na Demonstração dos Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido, conforme orientado pela revisão do CPC 33 e da IAS 19.

Além disso, o cálculo da rentabilidade de ativos do plano passou a ser realizado com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente do passivo atuarial.

Para efeitos comparativos, conforme requerido pela norma, a Companhia aplicou essa nova regra retrospectivamente a 01.01.2012 e, em consequência, ajustou o balanço patrimonial de 31.12.2012 e o resultado do trimestre e período de 9 meses findos em 30.09.2012, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

a) Efeito no balanço patrimonial de 31.12.2012

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31.12.2012	Ajuste	Saldo ajustado	Saldo em 31.12.2012	Ajuste	Saldo ajustado
Ativo não circulante	**7.746.549**	**705**	**7.747.254**	**10.279.111**	**705**	**10.279.816**
Realizável a longo prazo	229.349	705	230.054	486.526	705	487.231
Outros ativos não circulantes[4]	20.033	705	20.738	40.742	705	41.447
Passivo não circulante	**2.298.243**	**(38.706)**	**2.259.537**	**5.110.903**	**(38.706)**	**5.072.197**
Obrigações com benefícios de aposentadoria	274.607	(59.009)	215.598	274.607	(59.009)	215.598
Imposto de renda e contribuição social diferido	163.370	20.303	183.673	179.127	20.303	199.430
Patrimônio líquido	**5.460.177**	**39.411**	**5.499.588**	**5.462.840**	**39.411**	**5.502.251**
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais, líquidos	-	48.454	48.454	-	48.454	48.454
Reservas de lucros	2.340.060	(9.043)	2.331.017	2.340.060	(9.043)	2.331.017

[4] Plano Previg BD (Superavitário)

b) Efeito no resultado do 3º trimestre de 2012

	Controladora			Consolidado		
	3º trim. de 2012	Ajuste	Ajustado	3º trim. de 2012	Ajuste	Ajustado
Constituição de provisões operacionais, líquidas	2.379	(1.989)	390	1.927	(1.989)	(62)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**630.641**	**(1.989)**	**628.652**	**712.892**	**(1.989)**	**710.903**
Resultado Financeiro	**(74.846)**	**(1.438)**	**(76.284)**	**(126.892)**	**(1.438)**	**(128.330)**
Juros sobre o passivo atuarial líquido	(2.579)	(1.438)	(4.017)	(2.579)	(1.438)	(4.017)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**555.795**	**(3.427)**	**552.368**	**586.000**	**(3.427)**	**582.573**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(163.619)**	**1.165**	**(162.454)**	**(193.678)**	**1.165**	**(192.513)**
Lucro Líquido do trimestre	**392.176**	**(2.262)**	**389.914**	**392.322**	**(2.262)**	**390.060**

c) Efeito no resultado do período de 9 meses de 2012

	Controladora			Consolidado		
	9 meses de 2012	Ajuste	Ajustado	9 meses de 2012	Ajuste	Ajustado
Constituição de provisões operacionais, líquidas	2.708	(5.963)	(3.255)	1.234	(5.963)	(4.729)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**1.692.662**	**(5.963)**	**1.686.699**	**1.933.943**	**(5.963)**	**1.927.980**
Resultado Financeiro	**(193.923)**	**(4.314)**	**(198.237)**	**(339.752)**	**(4.314)**	**(344.066)**
Juros sobre o passivo atuarial líquido	(7.735)	(4.314)	(12.049)	(7.735)	(4.314)	(12.049)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**1.498.739**	**(10.277)**	**1.488.462**	**1.594.191**	**(10.277)**	**1.583.914**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(432.958)**	**3.495**	**(429.463)**	**(527.995)**	**3.495**	**(524.500)**
Lucro Líquido do período	**1.065.781**	**(6.782)**	**1.058.999**	**1.066.196**	**(6.782)**	**1.059.414**

- CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

O pronunciamento estabelece que nas relações entre entidades caracterizadas como "Operações em conjunto" (*Joint Operation)*, o operador em conjunto deve reconhecer os ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas à sua participação na operação em conjunto. As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios e nas operações da investida Itá Energética S.A. (Itasa) caracterizam uma operação em conjunto.

As participações nos ativos, passivos, receitas e despesas correspondentes às operações em conjunto em entidades sem personalidade jurídica própria (participação em consórcios) são reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais das empresas que mantém a operação em conjunto e, consequentemente, no consolidado.

A adoção da referida norma não resultou em nenhuma alteração em relação ao método usado para a elaboração do balanço patrimonial e resultado da controladora e consolidado da Companhia relativos ao ano de 2012.

Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "EmpresasNet - ENET" da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

Os saldos patrimoniais da controladora e do consolidado, apresentados no sistema ENET, correspondentes a 31.12.2012, já contemplam a aplicação retrospectiva, para fins comparativos, do CPC 33 (R1) e IAS 19 acima mencionado. Da mesma forma, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, da controladora e do consolidado, do trimestre e período de 9 meses findos em 30.09.2012, também consideram os ajustes retrospectivos relativos a essa adoção.

Aprovação das informações trimestrais

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25.10.2013.

Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Os pronunciamentos contábeis e a interpretações técnicas, revisados ou emitidos em períodos anteriores, estão mencionadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2012 e não foram repetidas nessas informações trimestrais por não terem sofrido qualquer alteração. As principais revisões e/ou alterações ocorridas no período de nove meses findo em 30.09.2013 estão destacadas a seguir.

IAS 36 – Divulgações de Valor Recuperável para Ativos Não Financeiros

Em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36 – *Impairment of assets*, a qual tem como objetivo o requerimento de divulgação de informações adicionais sobre a mensuração ao valor justo dos ativos provisionados para perda ao valor recuperável. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2014. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação da referida revisão.

IFRIC 21 - Tributos

Em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21 – *Levies*, a qual tem como propósito determinar quando reconhecer uma obrigação de pagar um tributo que está sob o escopo da norma IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabities and Contingent Assets*. A referida interpretação deve ser aplicada em períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2014. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação da referida interpretação.

IAS 39 – Novação de Derivativos e Continuação de *Hedge Accounting*

Em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, a qual tem como objetivo permitir uma exceção na descontinuidade do *hedge accounting* quando a novação de um derivativo designado como um instrumento de *hedge* atinge determinados critérios. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2014. A Companhia entende que as modificações da referida norma não impactarão suas demonstrações contábeis.

3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Caixa e depósitos bancários à vista	**1.087**	**3.207**	**14.507**	**13.832**
Aplicações financeiras:				
- Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais[5]				
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	223.261	728.976	726.710	1.126.254
- Instituições Financeiras[6]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.362	4.134	8.690	12.744
Operações lastreadas em debêntures	-	-	15.393	27.146
	4.362	**4.134**	**24.083**	**39.890**
Total das aplicações financeiras	**227.623**	**733.110**	**750.793**	**1.166.144**
	228.710	**736.317**	**765.300**	**1.179.976**

A Companhia estruturou suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

[5] São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

[6] Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Circulante				
Suprimento de energia elétrica				
Distribuidoras de energia elétrica	206.714	253.084	348.976	369.657
Comercializadoras de energia elétrica	89.624	135.532	23.584	64.279
Fornecimento de energia elétrica				
Consumidores livres	21.152	20.972	238.978	185.741
Transações no mercado de energia de curto prazo				
Correntes	154.392	9.456	154.573	9.691
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	597.121	**544.283**	**891.350**	**754.607**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.282)	(131.282)	(131.691)	(131.691)
	465.839	**413.001**	**759.659**	**622.916**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

b) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Vencidas até 30 dias	1.174	9.252	11.451	9.401
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-	17	-
Vencidas a mais de 91 dias:				
- Com provisão constituída	131.282	131.282	131.691	131.691
- Sem provisão constituída	1.175	1.143	1.536	1.160
	132.457	**132.425**	**133.227**	**132.851**
	133.631	**141.677**	**144.695**	**142.252**

Em razão da expectativa de recebimento dos valores vencidos, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para os valores vencidos até 90 dias nem para a parcela acima mencionada dos montantes vencidos a mais de 90 dias.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Comercializadora	6.043	6.043	6.452	6.452
RTE	2.665	2.665	2.665	2.665
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	131.282	**131.282**	**131.691**	**131.691**

d) Acordo com cliente em recuperação judicial

Em janeiro de 2013 iniciou-se o recebimento das parcelas relativas ao acordo firmado com determinada distribuidora participante do Sistema Interligado Nacional (SIN), em recuperação judicial, o qual prevê o pagamento em 60 parcelas iguais e sem a incidência de juros sobre valores a receber pela Companhia e suas controladas. O valor remanescente na controladora e no consolidado é de R$ 2.959 e R$ 5.382, respectivamente.

5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Circulante				
PIS [7] e Cofins [8]	-	-	42.801	54.799
Imposto de renda e contribuição social	-	-	8.133	9.451
ICMS [9]	-	-	204	194
INSS [10]	1.134	305	1.137	305
	1.134	**305**	**52.275**	**64.749**
Não circulante				
PIS e Cofins	4.768	1.131	89.544	106.831
Imposto de renda e contribuição social	-	-	7.968	5.766
ICMS	14.091	12.683	14.628	15.581
INSS	-	-	5	7
	18.859	**13.814**	**112.145**	**128.185**

Os saldos de PIS e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes de aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

6 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Circulante				
Conta reserva - Transações na CCEE	**9**	**-**	**680**	**1.309**
Não circulante				
Conta reserva - serviços da dívida	**-**	**-**	**107.197**	**103.310**

A constituição da "Conta reserva para transações na CCEE" é constituída com base em regras estabelecidas pela CCEE como forma de garantia da exposição da Companhia em transações realizadas no âmbito da CCEE.

[7] Programa de Integração Social
[8] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
[9] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte
[10] Instituto Nacional do Seguro Social

A "Conta reserva dos serviços da dívida" visa garantir o pagamento de serviços de dívidas contratadas. com os bancos financiadores.

Os referidos depósitos estão aplicados em fundos de investimentos ou em CDB.

7 – VALORES A RECEBER PELA ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R$ 86.886, apresentado no balanço patrimonial, na controladora e no consolidado, em 30.09.2013 e 31.12.2012, corresponde ao valor presente das parcelas a receber em julho de 2009, mês em que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspendido os pagamentos das parcelas mensais devidas. A Companhia, a partir dessa data, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre as parcelas pendentes de recebimento.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, concedidos em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados, em novembro de 2011, foi de R$ 116.492.

A existência de outros credores poderá acarretar na divisão dos ativos existentes da Eleja visando saldar os direitos dos mesmos. A Companhia acredita que eventuais direitos de outros credores não comprometerão a recuperação dos valores a receber registrados pela Companhia.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão com a empresa.

Em julho de 2012 a Eleja ingressou com um pedido de anulação dos atos praticados até aquele momento. Assim que a Companhia tomou conhecimento deste pedido, solicitou a impugnação do mesmo, sendo este julgado improcedente.

O valor nominal, em 30.09.2013, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) totaliza R$ 131.451 (R$ 126.576 em 31.12.2012). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, em março de 2012, a solicitar um reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

A Companhia, de forma prudente, não pretende reconhecer o ajuste desse "Contas a receber" ao valor de mercado dos ativos, anteriormente mencionado, até que se tenha o desfecho do trâmite judicial da ação.

8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Fiscais	95.709	90.488	96.458	90.952
Cíveis	16.565	14.490	17.865	15.506
Trabalhistas	4.314	3.638	4.639	3.953
	116.588	**108.616**	**118.962**	**110.411**

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas administrativas e judiciais. Do montante registrado em 30.09.2013, R$ 43.535 (R$ 39.368 em 31.12.2012) estão diretamente relacionados às provisões de risco provável.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, relativos ao processo de PIS e Cofins sobre contratos de venda de energia com preço predeterminado, no âmbito da Instrução Normativa 658/06 da Receita Federal do Brasil. Entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. O montante desses depósitos, em 30.09.2013, é de R$ 48.112, na controladora e no consolidado (R$ 45.571 em 31.12.2012).

9 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	30.09.2013	31.12.2012
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.726.157	2.649.730
"Ágio" (Direito de concessão)	110.916	114.262
	2.837.073	**2.763.992**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2012	AFAC[11]	Equivalência patrimonial	Dividendos	Transferência	Saldos em 30.09.2013
Itasa[12]	**329.803**	-	6.763	(14.188)	-	**322.378**
CEE[13]	**983.367**	-	10.084	-	-	**993.451**
CESS[14]	**376.380**	-	11.601	-	-	**387.981**
Lages[15]	**59.198**	-	9.337	-	-	**68.535**
TBLC[16]	**168.562**	-	85.679	(100.000)	-	**154.241**
TBLP[17]	**732.419**	44.016	21.981	-	-	**798.416**
Outros	**1**	845	-	-	309	**1.155**
Total	**2.649.730**	**44.861**	**145.445**	**(114.188)**	**309**	**2.726.157**

Informações adicionais

	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP
Participação (%)	**48,75%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
31.12.2012						
Ativo total	769.992	2.691.577	1.341.435	69.884	382.324	1.241.041
Patrimônio líquido	676.523	983.367	376.380	59.198	168.562	735.082
30.09.2013						
Ativo total	699.836	2.700.262	1.332.921	79.513	496.129	1.399.105
Patrimônio líquido	661.288	993.451	387.981	68.535	154.241	801.549
3º trimestre de 2013						
Receita líquida	41.705	85.999	56.099	11.074	534.246	28.207
Lucro líquido (Prejuízo)	5.118	2.209	9.488	(297)	27.374	7.004
9 meses de 2013						
Receita líquida	111.713	256.952	161.235	38.124	1.582.166	84.297
Lucro líquido	13.871	10.084	11.601	9.337	85.679	22.452

Projeto Trairi

A Companhia prossegue com a construção dos parques eólicos do Projeto Trairi, no Estado do Ceará. As obras estão em estado avançado e a previsão de conclusão continua sendo até o final do ano de 2013. A energia a ser gerada pelas eólicas tem sido vendida no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo, através da controlada TBLC.

[11] Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
[12] Itá Energética S.A., empresa controlada em conjunto.
[13] Companhia Energética Estreito
[14] Companhia Energética São Salvador
[15] Lages Bioenergética Ltda.
[16] Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
[17] Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

Aquisição de novos projetos eólicos

- Projeto Campo Largo

Em junho de 2013, a TBLP, controlada integral da Companhia, concluiu o processo de aquisição da CLWP Brasil Ltda. pelo montante de R$ 21.610, após o cumprimento de determinadas condições previstas em contrato firmado em janeiro de 2013, dos quais R$ 12.564 referem-se a parcelas vincendas atualizadas pela variação do IPCA e de juros de 1,5% a.a.

O montante total da aquisição corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

A CLWP é detentora de 7 SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um projeto de geração eólica, nos municípios de Umburanas e Sento Sé, a 420 km de Salvador, com potência instalada conjunta de 206 MW e capacidade comercial de 105 MW médios.

Os controladores anteriores da CLWP também estão desenvolvendo outros projetos eólicos, de mais 150 MW de capacidade instalada, na mesma região, sobre os quais a Companhia tem preferência de compra, no valor de R$ 16.500, condicionada à obtenção de licenciamento ambiental, já em fase adiantada de aprovação.

- Projeto Cacimbas

Em fevereiro de 2013, a Companhia, através de sua controlada integral TBLP, adquiriu o projeto eólico Cacimbas, anteriormente denominado Flecheiras, localizado próximo aos parques eólicos do Projeto Trairi, no Ceará, pelo valor de R$ 850. A capacidade instalada e comercial prevista para o projeto é de 18,9 MW e 8,9 MW médios, respectivamente.

- Projeto Santa Mônica

Em agosto de 2013, a TBLP, controlada integral da Companhia, concluiu o processo de aquisição das empresas Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE S/A e Usina Geradora Eólica Santa Mônica II SPE Ltda. pelo valor de R$ 6.878, após o atendimento das condições contratuais precedentes ao fechamento do negócio, dos quais R$ 3.804 referem-se a parcelas vincendas atualizadas pela variação do IPCA. O projeto eólico, localizado no Estado do Ceará, é composto por duas usinas com capacidade instalada total de 58,8 MW e capacidade comercial de 26,5 MW médios. O referido projeto se encontra em fase de estudos internos de avaliação quanto à sua implantação.

b.2) "Ágio" (Direito de concessão) - Controladora

Movimentação

	CEE	CESS	Total
Saldos em 31.12.2012	**83.426**	**30.836**	**114.262**
Amortização	(2.397)	(949)	(3.346)
Saldos em 30.09.2013	**81.029**	**29.887**	**110.916**

Os valores relativos aos "Ágios" (Direito de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

10 – IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora			
		30.09.2013			31.12.2012
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,73	4.420.823	(2.347.140)	2.073.683	2.159.451
Edificações e benfeitorias	2,98	1.283.929	(763.805)	520.124	543.628
Máquinas e equipamentos	4,12	5.601.306	(3.683.056)	1.918.250	2.001.942
Móveis e utensílios	6,25	1.767	(1.406)	361	4.737
Veículos	14,29	8.742	(4.027)	4.715	424
Obrigações especiais		(13.133)	-	(13.133)	(13.275)
		11.303.434	**(6.799.434)**	**4.504.000**	**4.696.907**
Em curso					
Edificações e benfeitorias		20.863	-	20.863	16.501
Máquinas e equipamentos		54.544	-	54.544	20.452
Adiantamento a fornecedores		83.534	-	83.534	7.242
Aquisições a ratear		3.380	-	3.380	1.141
		162.321	**-**	**162.321**	**45.336**
		11.465.755	**(6.799.434)**	**4.666.321**	**4.742.243**

		Consolidado			
		30.09.2013			31.12.2012
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,04	7.093.661	(2.632.010)	4.461.651	4.358.878
Edificações e benfeitorias	3,22	1.761.708	(848.274)	913.434	939.975
Máquinas e equipamentos	4,11	7.897.343	(4.057.311)	3.840.032	3.692.815
Móveis e utensílios	6,25	2.506	(1.798)	708	5.348
Veículos	14,29	9.845	(4.461)	5.384	472
Obrigações especiais		(13.258)	-	(13.258)	(13.400)
		16.751.805	**(7.543.854)**	**9.207.951**	**8.984.088**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		1.119	-	1.119	13.517
Edificações e benfeitorias		53.060	-	53.060	43.852
Máquinas e equipamentos		124.821	-	124.821	123.189
Adiantamento a fornecedores		344.987	-	344.987	132.630
Aquisições a ratear		27.832	-	27.832	385.809
		551.819	**-**	**551.819**	**698.997**
		17.303.624	**(7.543.854)**	**9.759.770**	**9.683.085**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2012	**2.159.451**	**543.628**	**2.001.942**	**5.161**	**45.336**	**(13.275)**	**4.742.243**
Ingressos	-	-	-	-	179.628	142	179.770
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Transferências	(5.141)	2.181	65.408	310	(62.758)	-	-
Baixas	-	-	(2.446)	(3)	-	-	(2.449)
Depreciação	(87.746)	(27.222)	(154.382)	(394)	-	-	(269.744)
Saldos em 30.09.2013	**2.073.683**	**520.124**	**1.918.250**	**5.076**	**162.321**	**(13.133)**	**4.666.321**

	Consolidado						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2012	**4.358.878**	**939.975**	**3.692.815**	**5.820**	**698.997**	**(13.400)**	**9.683.085**
Ingressos	-	-	-	-	482.441	142	482.583
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Transferências	254.250	12.532	362.164	788	(629.734)	-	-
Baixas	-	-	(2.584)	(3)	-	-	(2.587)
Depreciação	(158.596)	(40.610)	(220.091)	(515)	-	-	(419.812)
Saldos em 30.09.2013	**4.461.651**	**913.434**	**3.840.032**	**6.092**	**551.819**	**(13.258)**	**9.759.770**

Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a partir de 01.01.2007, passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, as quais representam as vidas úteis estimadas dos bens, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das concessões e autorizações.

Ainda segundo a referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações. Desta forma, esses ativos estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

c) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e no ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28 - Propriedades para investimento), em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais e CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação do referido ajuste não gera efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do ativo imobilizado consolidado, em 30.09.2013 e 31.12.2012, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, nos montantes de R$ 820.549 e R$ 882.769, respectivamente. A depreciação do ajuste a valor justo no trimestre e período de 9 meses findos em 30.09.2013 foi de R$ 20.436 e R$ 62.262, respectivamente, no consolidado.

d) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 30.09.2013 e 31.12.2012, é de R$ 546.669 e R$ 551.534, respectivamente, na controladora, e de R$ 1.187.107 e R$ 1.194.967, respectivamente, no consolidado.

e) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção ou modernização das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado, no trimestre e período de 9 meses findos em 30.09.2013 foram de R$ 5.324 e R$ 17.254, respectivamente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

11 – INTANGÍVEL

a) Composição

		Controladora			
		30.09.2013			31.12.2012
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	31.214	(21.684)	9.530	10.246
Outros	-	-	-	-	719
		31.214	**(21.684)**	**9.530**	**10.965**

		Consolidado			
		30.09.2013			31.12.2012
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2037	42.377	(23.130)	19.247	16.996
Direito de compra de energia	2013 a 2023	64.561	(4.512)	60.049	64.561
Licença de operação	2013 a 2014	22.243	(13.422)	8.821	14.556
Direitos do Projeto Trairi	Até 2041	12.668	-	12.668	12.668
Direitos do Projeto Campo Largo	-	21.671	-	21.671	-
Direitos do Projeto Santa Mônica	-	5.715	-	5.715	-
Gastos com desenvolvimento	-	3.109	-	3.109	-
Outros	-	-	-	-	719
		172.344	**(41.064)**	**131.280**	**109.500**

Direitos dos projetos Campo Largo e Santa Mônica

Nos meses de junho e agosto de 2013, a Companhia registrou os direitos sobre os projetos de geração de energia eólica Campo Largo e Santa Mônica, respectivamente, adquiridos em combinações de negócios. Os direitos dos projetos correspondem ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos. A amortização desses direitos será iniciada assim que os projetos eólicos entrarem em operação comercial e será limitada ao prazo de autorização das respectivas usinas. Outros detalhes sobre a aquisição estão descritos na Nota 9 – Investimentos.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2012	**10.965**	**109.500**
Ingresso	1.899	35.526
Amortização	(3.334)	(13.746)
Saldos em 30.09.2013	**9.530**	**131.280**

12 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	**31.12.2012**	**30.09.2013**	**31.12.2012**
Circulante				
Encargos de uso da rede elétrica	33.837	36.423	41.766	44.413
Energia elétrica comprada	8.456	17.277	151.953	62.984
Transações no âmbito da CCEE	47.513	29.678	61.240	32.974
Materiais e serviços	26.151	29.768	32.133	39.166
Combustíveis fósseis e biomassa	154	9.579	981	9.579
Fornecedores de imobilizado e intangível	9.606	4.821	29.106	30.212
	125.717	**127.546**	**317.179**	**219.328**

Em 30.09.2013, a Companhia não possui valores vencidos com seus fornecedores de bens, direitos e serviços relacionados com a sua atividade operacional.

13 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	**31.12.2012**	**30.09.2013**	**31.12.2012**
Federais				
Imposto de renda e contribuição social	432.059	409.824	437.115	436.981
PIS e Cofins	26.267	18.648	26.940	22.661
INSS	3.326	3.597	3.821	4.277
Outros	1.096	1.431	1.111	1.471
	462.748	**433.500**	**468.987**	**465.390**
(-) Tributos federais a compensar	(3.635)	(75.541)	(8.077)	(76.431)
	459.113	**357.959**	**460.910**	**388.959**
Estaduais				
ICMS a pagar	4.660	6.110	23.493	27.457
(-) ICMS a compensar	(2.671)	(1.717)	(2.693)	(1.724)
	1.989	**4.393**	**20.800**	**25.733**
Municipais				
ISSQN [18]	571	623	793	1.384
	461.673	**362.975**	**482.503**	**416.076**

[18] Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

As obrigações fiscais correntes são apresentadas de forma líquida dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver a intenção da administração da Companhia em liquidá-los pelo valor líquido.

Do saldo de tributos federais a compensar apresentado em 31.12.2012, R$ 69.528, na controladora e no consolidado, correspondiam a crédito de PIS e Cofins reconhecido por decisão judicial transitada em julgado favorável à Companhia relativa à aplicação da Instrução Normativa 468/2004. Em dezembro de 2012, a Companhia obteve despacho favorável da Receita Federal do Brasil quanto aos pedidos de habilitação de crédito, os quais foram compensados em janeiro de 2013.

14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	30.09.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	286.667	-	286.667	143.333	286.667	430.000
Nordic Investment Bank (NIB)	-	146.357	146.357	-	-	-
Bancos (Repasse BNDES)	-	11.510	11.510	-	-	-
Encargos	5.654	-	5.654	5.372	-	5.372
	292.321	**157.867**	**450.188**	**148.705**	**286.667**	**435.372**
Moeda estrangeira sem *hedge*[19]						
STN[20]	-	-	-	8.876	93.692	102.568
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	119.902	119.902	-	107.613	107.613
Encargos	8.601	-	8.601	5.425	-	5.425
	8.601	**119.902**	**128.503**	**14.301**	**201.305**	**215.606**
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com *hedge*						
HSBC USA	-	198.424	198.424	-	-	-
Encargos	356	-	356	-	-	-
	356	**198.424**	**198.780**	**-**	**-**	**-**
HSBC Brasil – *swap*	-	8.854	8.854	-	-	-
Encargos	1.816	-	1.816	-	-	-
	1.816	**8.854**	**10.670**	**-**	**-**	**-**
	2.172	**207.278**	**209.450**	**-**	**-**	**-**
	303.094	**485.047**	**788.141**	**163.006**	**487.972**	**650.978**

[19] Contabilidade de *hedge*

[20] Secretaria do Tesouro Nacional

	Consolidado					
	30.09.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao custo						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	286.667	-	286.667	143.333	286.667	430.000
NIB	-	146.357	146.357	-	-	-
BNDES	109.014	1.478.470	1.587.484	103.047	1.459.830	1.562.877
Bancos (Repasse BNDES)	69.260	844.952	914.212	79.165	885.907	965.072
Banco do Brasil	3.966	12.229	16.195	3.966	15.203	19.169
Encargos	12.457	-	12.457	13.231	-	13.231
	481.364	**2.482.008**	**2.963.372**	**342.742**	**2.647.607**	**2.990.349**
Moeda estrangeira sem *hedge*[21]						
STN[22]	-	-	-	8.876	93.692	102.568
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	119.902	119.902	-	107.613	107.613
Encargos	8.601	-	8.601	5.425	-	5.425
	8.601	**119.902**	**128.503**	**14.301**	**201.305**	**215.606**
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com *hedge*						
HSBC USA	-	198.424	198.424	-	-	-
Encargos	356	-	356	-	-	-
	356	**198.424**	**198.780**	**-**	**-**	**-**
HSBC Brasil – *swap*	-	8.854	8.854	-	-	-
Encargos	1.816	-	1.816	-	-	-
	1.816	**8.854**	**10.670**	**-**	**-**	**-**
	2.172	**207.278**	**209.450**	**-**	**-**	**-**
	492.137	**2.809.188**	**3.301.325**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**

[21] Contabilidade de *hedge*

[22] Secretaria do Tesouro Nacional

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2012	**163.006**	**487.972**	**650.978**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**
Ingressos	-	360.650	360.650	-	458.934	458.934
Juros no resultado	37.011	-	37.011	157.654	-	157.654
Juros capitalizados	-	82	82	-	17.025	17.025
Variações monetárias	-	4.186	4.186	-	4.186	4.186
Variações cambiais	4.343	25.258	29.601	4.343	25.258	29.601
Ajuste a valor justo de dívida e de *swap*, líquido – *hedge* de valor justo	-	(37)	(37)	-	(37)	(37)
Ajuste a valor justo de dívida liquidada antecipadamente	(49.126)	-	(49.126)	(49.126)	-	(49.126)
Remuneração de garantia	-	(3.809)	(3.809)	-	(3.809)	(3.809)
Transferências	389.255	(389.255)	-	541.281	(541.281)	-
Amortização de principal	(209.374)	-	(209.374)	(358.282)	-	(358.282)
Pagamento de juros	(32.021)	-	(32.021)	(160.776)	-	(160.776)
Saldos em 30.09.2013	**303.094**	**485.047**	**788.141**	**492.137**	**2.809.188**	**3.301.325**

Contratação de empréstimo junto ao NIB

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao Nordic Investment Bank (NIB), no montante de R$ 142.702, correspondentes a US$ 70.000. O recebimento ocorreu no dia 22.01.2013, no valor de R$ 141.825, líquido dos custos de captação de R$ 877. O prazo de amortização da dívida é de 10 anos, a partir de outubro de 2015, e os encargos financeiros sobre o empréstimo são IPCA + 3,55% ao ano.

Pré-pagamento do financiamento da Itasa

Em fevereiro de 2013, a Itasa, empresa sobre a qual a Companhia mantém uma operação em conjunto, liquidou antecipadamente a totalidade de seu financiamento junto ao BNDES e aos bancos (Repasse BNDES). O montante pago pela Companhia, correspondente à parcela de sua responsabilidade, foi de R$ 18.206.

Contratação de financiamento junto ao Itaú BBA – FINAME PSI

Em junho de 2013, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco Itaú BBA S.A., agente repassador do BNDES, para captação de recursos do Programa de Sustentação do Investimento (FINAME PSI), no montante de R$ 14.387, dos quais R$ 11.510 foram liberados em junho de 2013. O vencimento do contrato ocorrerá em janeiro de 2023 e os encargos financeiros sobre o financiamento são de 2,5% ao ano, fixos. Os recursos serão destinados para a aquisição de equipamentos para a modernização da Usina Hidrelétrica Salto Santiago.

Liberação de recursos para a construção do Complexo Eólico Trairí

No ano de 2013, até o terceiro trimestre, as liberações do BNDES para a Central Eólica Fleixeiras I S.A., Central Eólica Guajirú S.A. e Central Eólica Trairi S.A., controladas indiretas da Companhia, somaram o montante de R$ 95.194. As liberações são relativas ao financiamento para a construção do Complexo Eólico Trairí. Do montante total financiado, ainda encontram-se pendentes de liberação R$ 57.886.

Liberação de recursos para a UHE Estreito

Em junho de 2013, o BNDES liberou para a Companhia Energética Estreito (CEE), controlada da Companhia, o montante de R$ 3.090, referente ao subcrédito social para aplicação no Investimento Social Estreito (ISE). Ainda está pendente de liberação o valor de R$ 5.032.

Contratação de empréstimo junto ao HSBC USA

Em agosto de 2013, a Companhia contratou um empréstimo junto ao HSBC USA no valor de US$ 90.000 (equivalente a R$ 207.315 na data da liberação dos recursos). A amortização do principal ocorrerá em parcela única ao final do contrato, em 17.08.2015, e os juros serão amortizados trimestralmente, a partir de 18.11.2013 até 17.08.2015. Os encargos financeiros sobre o valor do financiamento são de 1,3882% a.a. fixos.

A Política de Investimentos e Derivativos da Companhia estabelece que a utilização de instrumentos financeiros derivativos fica restrita à proteção de riscos (*hedge*) e deve ser mantida correlação estreita quanto ao perfil da dívida, volumes e prazos.

Desta forma, a Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira que concedeu o empréstimo, no valor de R$ 207.315, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 1,3882% a.a. e uma posição passiva equivalente a 99,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do swap ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro dos mesmos. Assim, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Maiores detalhes sobre a operação podem ser encontrados na Nota 25 – Gerenciamento de Risco e Instrumentos Financeiros.

Liquidação antecipada da Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional

Em setembro de 2013, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade das suas dívidas contratadas junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no valor de R$ 64.935. A operação gerou um ganho financeiro de R$ 49.126, no resultado, decorrente da liquidação, a valor de mercado, das garantias financeiras atreladas a estas mesmas dívidas.

c) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora				Consolidado			
	Moeda nacional	Moeda estrangeira		Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira		Total
		sem *hedge*	com *hedge*			sem *hedge*	com *hedge*	
Outubro a dezembro de 2014	-	-	-	-	46.178	-	-	46.178
2015	19.723	119.902	207.278	346.903	204.981	119.902	207.278	532.161
2016	19.843	-	-	19.843	206.037	-	-	206.037
2017	19.843	-	-	19.843	206.415	-	-	206.415
2018	19.843	-	-	19.843	204.215	-	-	204.215
2019 a 2023	78.615	-	-	78.615	983.788	-	-	983.788
2024 a 2028	-	-	-	-	552.183	-	-	552.183
2029	-	-	-	-	78.211	-	-	78.211
	157.867	**119.902**	**207.278**	**485.047**	**2.482.008**	**119.902**	**207.278**	**2.809.188**

d) Condições Contratadas

		Condições de pagamento		
Empresas / Bancos	**Juros**	**Vencimento**	**Principal e juros**	**Saldo em 30.09.2013**
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014	291.220
NIB	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Juros: trimestrais Principal: trimestral, a partir de 10.2015	147.398
Bancos (Repasse BNDES)	2,5% a.a.	01.2023	Juros: trimestrais até 02.2015 e mensais a partir desta data	11.570
Controladas				
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. [a]	09.2029	Mensais	852.050
BNDES – Crédito Social [e]	TJLP	06.2018	Mensais	20.804
Bancos (Repasse BNDES) [b]	TJLP + 2,95% a.a. [a]	09.2029	Mensais	578.351
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. [a]	10.2023	Mensais	161.823
Bancos (Repasse BNDES) [b]	TJLP + 3,25% a.a. [a]	10.2023	Mensais	326.830
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. [c]	10.2017	Mensais	16.357
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. [a]	06.2024	Mensais	50.950
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. [a]	12.2023	Mensais	87.073
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. [a]	12.2023	Mensais	59.065
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. [a]	01.2021	Mensais	26.290
BNDES (Subcrédito B) [d]	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	26.697
Projeto Trairi (BNDES) [f]	TJLP + 2,51% [a]	07.2029	Mensais	306.894
Moeda estrangeira				
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	*Euribor* + 2,75%a.a.	11.2015	Anuais	128.503
HSBC USA [g]	1,3882% a.a.	08.2015	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais, a partir de 11.2013	198.780

[a] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

[b] Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

[c] Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

[d] Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.

[e] Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.

[f] Para financiamento do Projeto Trairi que compõe as seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

[g] O empréstimo está totalmente protegido contra a variação do dólar norte americano através de uma operação de *swap* cambial em que a Companhia se torna passiva em uma taxa equivalente a 99,9% do CDI.

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia. Os *covenants* dos financiamentos dos parques eólicos do Projeto Trairi serão exigidos somente após a entrada em operação comercial de cada usina que compõe o projeto.

15 – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado				
	30.09.2013		31.12.2012		
	Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª Emissão – série única	164.245	164.245	156.825	158.548	315.373
Juros	4.319	4.319	13.217	-	13.217
	168.564	**168.564**	**170.042**	**158.548**	**328.590**

b) Mutação das debêntures

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2012	**170.042**	**158.548**	**328.590**
Juros no resultado	13.699	22	13.721
Variações monetárias	6.024	5.040	11.064
Transferências	163.610	(163.610)	-
Amortização de principal	(162.275)	-	(162.275)
Pagamento de juros	(22.536)	-	(22.536)
Saldos em 30.09.2013	**168.564**	**-**	**168.564**

Pagamento da segunda parcela das debêntures da 2ª emissão

Em maio de 2013, a Companhia pagou a segunda parcela das debêntures no valor de R$ 184.811, sendo R$ 162.275 referentes à amortização de principal e R$ 22.536 relativos ao pagamento de juros.

c) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Juros/variação monetária	Principal	Garantia
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA [23] + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia

Os compromissos financeiros - *covenants* das debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia.

[23] Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

16 – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Usina Hidrelétrica Cana Brava	562.300	508.629	562.300	508.629
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	502.947	459.258	502.947	459.258
Usina Hidrelétrica São Salvador	-	-	433.131	419.712
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	42.686	41.327
	1.065.247	**967.887**	**1.541.064**	**1.428.926**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	3.270	3.129	51.388	48.800
Passivo não circulante	1.061.977	964.758	1.489.676	1.380.126
	1.065.247	**967.887**	**1.541.064**	**1.428.926**

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária é capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2012	**3.129**	**964.758**	**967.887**	**48.800**	**1.380.126**	**1.428.926**
Juros capitalizados	-	-	-	-	229	229
Juros no resultado	-	66.714	66.714	-	100.408	100.408
Variações monetárias	-	32.801	32.801	-	49.699	49.699
Transferências	2.296	(2.296)	-	40.786	(40.786)	-
Amortizações	(2.155)	-	(2.155)	(38.198)	-	(38.198)
Saldos em 30.09.2013	**3.270**	**1.061.977**	**1.065.247**	**51.388**	**1.489.676**	**1.541.064**

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Outubro a dezembro de 2014	683	12.062
2015	2.579	45.485
2016	2.352	41.347
2017	2.146	37.596
2018	1.957	34.184
2019 a 2023	229.909	352.053
2024 a 2028	501.354	577.167
2029 a 2033	306.884	353.946
2034 a 2037	14.113	35.836
	1.061.977	**1.489.676**

17 – PROVISÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
Riscos prováveis:	**30.09.2013**	**31.12.2012**	**30.09.2013**	**31.12.2012**
Fiscais				
INSS	16.697	16.195	16.697	16.195
Outros	2.456	4.767	4.221	6.533
	19.153	**20.962**	**20.918**	**22.728**
Cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	76.344	65.085	76.344	65.085
Contratos com fornecedores	26.896	25.549	26.896	25.549
Benefícios de aposentadoria	11.766	10.894	11.766	10.894
Ambientais	8.507	7.873	8.507	7.873
Doença ocupacional e acidente do trabalho	4.887	4.785	4.887	4.785
Desapropriações	10.724	15.298	10.724	15.298
Ações diversas	7.457	7.203	11.430	11.275
	146.581	**136.687**	**150.554**	**140.759**
Trabalhistas	**9.390**	**9.794**	**9.504**	**11.233**
Total	**175.124**	**167.443**	**180.976**	**174.720**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	12.147	28.439	12.585	29.170
Passivo não circulante	162.977	139.004	168.391	145.550
	175.124	**167.443**	**180.976**	**174.720**

Informações mais recentes sobre as provisões avaliadas como prováveis:

a.1) Riscos fiscais

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 30.09.2013 é de R$ 14.611 (R$ 14.151 em 31.12.2012).

a.2) Riscos cíveis

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No presente trimestre, foi proferida sentença de mérito julgando a ação parcialmente procedente, sendo que a Companhia ainda aguarda a publicação da decisão para conhecer o seu conteúdo na íntegra.

Contratos com fornecedores

- Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

Após longa tramitação, foi fixada a competência da Justiça Comum para julgar o processo. Em 19.11.2012, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A Cien se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), já contrarrazoado pela Companhia. O montante relacionado a essa causa em 30.09.2013 é de R$ 23.143 (R$ 21.658 em 31.12.2012).

b) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora					
	30.09.2013			31.12.2012		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	119.317	186.947	306.264	115.740	554.796	670.536
Cíveis	15.901	444	16.345	15.143	412	15.555
Trabalhistas	6.835	21.622	28.457	6.774	27.829	34.603
	142.053	**209.013**	**351.066**	**137.657**	**583.037**	**720.694**

	Consolidado					
	30.09.2013			31.12.2012		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	178.437	192.533	370.970	163.999	557.582	721.581
Cíveis	39.399	474	39.873	38.696	1.456	40.152
Trabalhistas	8.470	24.877	33.347	6.824	30.200	37.024
	226.306	**217.884**	**444.190**	**209.519**	**589.238**	**798.757**

b.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de "denúncia espontânea", desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 30.09.2013 é de R$ 57.219 (R$ 55.502 em 31.12.2012).

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia consumida pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual ele está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, sendo que o faturamento da energia elétrica consumida pelos clientes depende dessa medição.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC, foram apresentados recursos ao Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após estas decisões, a TBLC ingressou com Recurso Especial nos dois processos, requerendo a retificação das decisões. Para um deles foi negado provimento ao pedido, bem como indeferido o Recurso, e para o outro ainda se espera o julgamento na esfera administrativa. Em relação ao processo cujo recurso na esfera administrativa não foi admitido, a TBLC aguardava o processo de execução por parte da Secretaria da Fazenda para apresentar embargos à execução na esfera judicial.

Contudo, antes mesmo da execução esperada, a Fazenda Estadual encaminhou o processo à Delegacia de Crimes contra a Fazenda para abertura de Inquérito Policial. Intimada, a TBLC prestou os necessários esclarecimentos, em 26.06.2013, e está instruindo ação cautelar, com oferecimento de garantias ao juízo, visando a obtenção de Certidão Negativa de Débito (CND) e a suspensão do Inquérito Policial.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, os quais estão no aguardo de admissibilidade por parte do juízo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 30.09.2013 é de R$ 14.546 (R$ 13.995 em 31.12.2012), na controladora, e de R$ 62.522 (R$ 52.902 em 31.12.2012), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos, sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 30.09.2013 é de R$ 30.430 (R$ 29.688 em 31.12.2012).

b.2) Riscos fiscais remotos

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco remoto são os que seguem:

Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

Em 30.12.2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

Em 24.02.2012, a Companhia tomou ciência do Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, onde seus membros, depois da análise de mérito da questão, julgaram, por unanimidade, procedente a impugnação. No entanto, esta decisão só seria definitiva após sua confirmação pela instância administrativa superior, ou seja, o CARF, o que ocorreu em 11.06.2013, com decisão favorável à Companhia, mais uma vez por unanimidade de votos.

Em 02.09.2013, a Fazenda Nacional formalizou sua ciência do Acórdão, bem como a ausência de interesse na interposição de recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais, pondo fim definitivamente a questão. O montante atualizado em 02.09.2013 é de R$ 386.943 (R$ 374.090 em 31.12.2012).

PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN 658/2006)

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra as exigências previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 468/2004 (IN 468/2004), revogada em 04.07.2006 pela IN 658/2006 para que as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31.10.2003 fossem submetidas à tributação não cumulativa de PIS e Cofins a partir da primeira alteração de preço, descaracterizando assim, o conceito do "preço predeterminado", previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

Tal processo teve o seu trânsito em julgado no mês de junho de 2012, não havendo mais quaisquer discussões envolvendo as referidas Instruções Normativas (468/2004 e 658/2006).

Como não há mais discussão a respeito das referidas IN, após esta decisão, a Companhia, em junho de 2012, deixou de apresentar no quadro demonstrativo de contingências o valor de R$ 373.457, que vinha sendo demonstrado como de risco remoto.

Em relação ao montante depositado em juízo, referente aos depósitos judiciais efetivados de julho a outubro de 2006, foi publicado, em 12.07.2012, o deferimento do pedido de levantamento efetuado pela Companhia autorizando a expedição de alvará para liberação de tais depósitos, em razão do STJ ter concluído que a concessão da ordem pelo TRF, abranger também o período regido pela IN 658/2006.

Porém, em 10.08.2012 a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para levantamento dos referidos depósitos judiciais, para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. Intimada a se manifestar a Companhia requereu o indeferimento do pedido da União Federal, bem como o pagamento de multa, em razão de litigância de má fé.

A nova autorização para liberação dos alvarás relativos aos depósitos foi publicada em dezembro de 2012.

Contra a decisão que manteve esta ordem, a União Federal interpôs um recurso jurídico denominado "Agravo de Instrumento", no qual obteve liminar, sendo que a questão será examinada no julgamento do recurso após o pleno contraditório das contrarrazões. O montante do depósito atualizado em 30.09.2013 é de R$ 48.112 (R$ 45.571 em 31.12.2012).

A Companhia também protocolou, em 11.09.2012, o pedido de habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitado em julgado relativo ao indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005, cujo pedido foi deferido em 27.12.2012. O montante atualizado, no valor de R$ 69.528 (R$ 68.701 em 31.12.2012), foi utilizado em janeiro de 2013 para compensar parte do valor devido do imposto de renda do exercício de 2012.

Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" ("Subvenção CCC").

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

Na avaliação da administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "Subvenção da CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a "Subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da "Subvenção CCC" e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "Subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é de entendimento da administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis. O montante atualizado na controladora em 30.09.2013 é de R$ 179.144 (R$ 173.118 em 31.12.2012).

18 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG.

a) Plano de Benefício Definido (BD)

A composição das obrigações com benefícios de aposentadoria da Companhia é apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado					
	30.09.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	22.397	85.437	107.834	20.921	98.017	118.938
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e Cobertura de custos	1.204	-	1.204	1.385	517	1.902
Déficit não contratado	3.298	129.022	132.320	10.062	116.359	126.421
Avaliação atuarial	**26.899**	**214.459**	**241.358**	**32.368**	**214.893**	**247.261**
Passivo atuarial registrado	**26.899**	**218.609**	**245.508**	**32.368**	**215.598**	**247.966**
Ativo atuarial registrado	**-**	**4.150**	**4.150**	**-**	**705**	**705**

Até 31.12.2012, a Companhia vinha adotando o método do "corredor" para o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no seu resultado. De acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - equivalente à norma internacional IAS 19 revisada - a partir de 01.01.2013 os ganhos ou perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários passaram a ser reconhecidos na rubrica "Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido, eliminando assim a abordagem do "corredor" que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Além disso, a rentabilidade dos ativos dos planos passou a ser calculada com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente do passivo atuarial e apresentada de forma líquida na rubrica "Juros líquidos sobre o passivo atuarial líquido", no resultado financeiro.

Para efeitos comparativos, a norma revisada foi aplicada retrospectivamente a 01.01.2012. Os efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012 e no resultado do período findo em 30.09.2012, decorrentes da alteração dessa norma estão apresentados no quadro demonstrativo da Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis.

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
Outubro a dezembro de 2014	5.611	430	6.041
2015	3.577	1.886	5.463
2016	3.792	1.999	5.791
2017	4.019	2.119	6.138
2018	4.260	2.247	6.507
2019 a 2023	25.456	10.332	35.788
2024 a 2028	15.831	173	16.004
2029 a 2032	3.705	-	3.705
	66.251	**19.186**	**85.437**

A movimentação das "Obrigações com benefícios de aposentadoria", por plano, está resumida a seguir:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo (Ativo) registrado em 31.12.2012 (Ajustado)	**235.103**	**(705)**	**10.202**	**2.661**	**247.261**
Custo do serviço corrente	-	85	-	63	148
Juros líquidos sobre passivo/ ativo atuarial líquido	15.069	(769)	464	138	14.902
Contribuições	-	(116)	(1.916)	-	(2.032)
Pagamentos de obrigações contratadas	(16.000)	(2.645)	(276)	-	(18.921)
Passivo (Ativo) registrado em 30.09.2013	**234.172**	**(4.150)**	**8.474**	**2.862**	**241.358**

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado de outubro a dezembro de 2013, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	28	-	21	49
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	5.023	(256)	155	46	4.968
Despesa líquida	**5.023**	**(228)**	**155**	**67**	**5.017**

Em função da atual conjuntura econômica brasileira, de aumento nas taxas de juros, a administração da Companhia entende que o incremento na taxa de desconto, que poderia ser considerado no cálculo de atualização do valor presente do passivo atuarial, e a variação no valor de mercado dos respectivos ativos não resultariam em efeitos significativos no saldo de "Benefícios pós-emprego" nem nos resultados de 2013 da Companhia.

a.1) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a aproximadamente 7% da remuneração do empregado.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no período de 9 meses de 2013 foram de R$ 1.602 (R$ 1.740 no mesmo período de 2012).

19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

Natureza dos créditos	Controladora				
	30.09.2013				31.12.2012
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	865.254	216.314	77.873	294.187	316.050
Ganho não realizado em operações de *Swap*	106.568	26.642	9.591	36.233	42.824
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	46.304	11.576	4.168	15.744	16.306
Subtotal		**281.396**	**101.303**	**382.699**	**411.715**
Ativo:					
RIC [24]	127.350	31.838	-	31.838	34.566
Obrigações com benefícios de aposentadoria	133.387	33.347	12.005	45.352	43.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.282	32.821	11.815	44.636	44.636
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	175.124	43.781	15.761	59.542	56.144
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	88.032	22.008	7.923	29.931	28.814
Provisão para débito na CCEE	47.513	11.878	4.276	16.154	-
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.355	3.589	1.292	4.881	4.939
Depreciação acelerada incentivada	6.421	1.605	578	2.183	2.923
Outros	17.134	4.284	1.542	5.826	12.461
Subtotal		**185.151**	**55.192**	**240.343**	**228.042**
Total líquido		**96.245**	**46.111**	**142.356**	**183.673**

[24] Remuneração das Imobilizações em Curso

Natureza dos créditos	Consolidado				
	30.09.2013				31.12.2012
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	865.254	216.314	77.873	294.187	316.050
Ganho não realizado em operações de *Swap*	106.568	26.642	9.591	36.233	42.824
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	46.304	11.576	4.168	15.744	16.306
Depreciação acelerada incentivada	106.842	26.711	9.615	36.326	37.166
Subtotal		**308.107**	**110.918**	**419.025**	**448.881**
Ativo:					
RIC	127.350	31.838	-	31.838	34.566
Obrigações com benefícios de aposentadoria	133.387	33.347	12.005	45.352	43.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.540	33.385	12.019	45.404	44.774
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	177.935	44.484	16.014	60.498	56.830
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	88.032	22.008	7.923	29.931	28.814
Prejuízo fiscal e base negativa de contrib. social	27.140	6.785	2.443	9.228	19.777
Provisão para débito na CCEE	60.052	15.013	5.405	20.418	-
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	44.704	11.176	4.023	15.199	15.935
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.749	3.687	1.327	5.014	5.080
Outros	28.742	7.186	2.586	9.772	17.108
Subtotal		**208.909**	**63.745**	**272.654**	**266.443**
Total líquido		**99.198**	**47.173**	**146.371**	**182.438**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		**112.360**	**51.912**	**164.272**	**199.430**
Ativo		**(13.162)**	**(4.739)**	**(17.901)**	**(16.992)**
Total		**99.198**	**47.173**	**146.371**	**182.438**

A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre o "ágio" (diferença entre o valor pago e o patrimonial) nas aquisições das controladas CESS e CEE e seus valores patrimoniais, em razão das incertezas quanto à sua realização. Os referidos tributos diferidos sobre esses "ágios" seriam de R$ 41.312.

Apresentação dos tributos diferidos

A Companhia está apresentando os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1)

Em função da aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados -, conforme descrito na Nota 18, o saldo das obrigações com benefícios de aposentadoria, em 31.12.2012, foi ajustado em R$ 59.714, gerando uma redução de R$ 20.303 no imposto de renda e contribuição social diferido ativo, na Controladora e no Consolidado.

Expectativa de realização

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Outubro a dezembro de 2013	3.978	6.314	14.352	6.314
2014	14.366	22.513	16.921	22.513
2015	47.517	20.808	48.988	20.808
2016	20.236	31.860	21.521	31.860
2017	10.120	43.926	11.091	43.926
2018 a 2020	89.791	99.290	96.961	99.691
2021 a 2023	9.354	63.866	12.192	68.807
2024 em diante	44.981	94.122	50.628	125.106
	240.343	**382.699**	**272.654**	**419.025**

20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 30.09.2013 e 31.12.2012, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 30.09.2013, é de R$ 8,13 (R$ 8,36 por ação em 31.12.2012).

O quadro societário da Companhia em 30.09.2013 e 31.12.2012 é o seguinte:

Acionistas	**% do Capital**
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 30.09.2013 e 31.12.2012, a quantidade de ações da Companhia em poder do acionista controlador GSELA era de 448.512.633. Nestas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 222.032 e 364.340 ações, respectivamente, enquanto que as ações em circulação somavam 204.007.527 e 203.865.219, respectivamente.

b) Pagamento de dividendos intercalares

O Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares, relativos ao segundo semestre de 2012 e ao primeiro semestre de 2013, nos valores de R$ 576.430 e R$ 767.568, correspondentes a R$ 0,8830904134 e R$ 1,1759130707, por ação, respectivamente, cujos pagamentos ocorreram em 27.03.2013 e 23.09.2013.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia passou a reconhecer os ganhos ou perdas atuariais na rubrica "Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido, a partir de 01.01.2013, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - equivalente à norma internacional IAS 19 revisada. Os efeitos da adoção, retrospectivamente à 01.01.2012, foram reconhecidos na rubrica "Outros resultados abrangentes", no montante líquido dos tributos diferidos de R$ 48.454.

d) Reserva de retenção de lucros

Em decorrência da alteração da metodologia de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, retrospectivamente à 01.01.2012, conforme mencionado na Nota 18 – Obrigações com benefícios de aposentadoria, somente para fins de apresentação, o impacto devedor no resultado do exercício de 2012, no valor de R$ 9.043, foi deduzido da reserva de lucros.

21 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2013	2012	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica				
- Distribuidoras de energia elétrica	474.663	524.189	1.421.263	1.503.600
- Comercializadoras de energia elétrica	273.657	332.131	896.904	1.037.257
Fornecimento de energia elétrica				
- Consumidores livres	55.257	52.299	159.371	150.884
Transações no mercado de energia de curto prazo	189.999	125.469	414.584	156.114
Outras receitas	13.521	20.437	42.015	38.826
	1.007.097	**1.054.525**	**2.934.137**	**2.886.681**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(84.660)	(84.572)	(244.184)	(236.729)
ICMS	(4.933)	(6.671)	(14.400)	(17.515)
ISS	(357)	(321)	(1.059)	(1.035)
Pesquisa e desenvolvimento	(8.536)	(8.773)	(25.320)	(23.579)
	(98.486)	**(100.337)**	**(284.963)**	**(278.858)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**908.611**	**954.188**	**2.649.174**	**2.607.823**

	Consolidado			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2013	2012	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica				
- Distribuidoras de energia elétrica	767.737	795.032	2.282.596	2.300.848
- Comercializadoras de energia elétrica	68.492	98.125	210.407	264.107
Fornecimento de energia elétrica				
- Consumidores livres	543.931	410.825	1.609.732	1.182.654
Transações no mercado de energia de curto prazo	191.339	130.444	425.161	306.465
Outras receitas	9.028	16.502	35.262	27.331
	1.580.527	**1.450.928**	**4.563.158**	**4.081.405**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(136.903)	(122.102)	(392.255)	(344.063)
ICMS	(16.715)	(20.904)	(59.730)	(62.704)
ISS	(357)	(321)	(1.059)	(1.035)
Pesquisa e desenvolvimento	(10.090)	(10.351)	(29.406)	(28.514)
	(164.065)	**(153.678)**	**(482.450)**	**(436.316)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**1.416.462**	**1.297.250**	**4.080.708**	**3.645.089**

Reclassificação entre rubricas na receita operacional bruta – consolidada

A Companhia, em atendimento à solicitação de determinados consumidores livres, transferiu alguns contratos anteriormente firmados com eles para empresas comercializadoras do mesmo grupo econômico. Além disso, a Companhia firmou novos contratos com outras comercializadoras que também repassam a energia adquirida exclusivamente para unidades industriais do mesmo grupo.

Visando uma melhor análise comparativa entre as informações, a Companhia passou a apresentar as referidas transações como vendas para consumidores livres "Fornecimento de energia elétrica", e não mais como para comercializadoras "Suprimento de energia elétrica".

Os saldos consolidados reclassificados entre as rubricas "Suprimento de energia elétrica" e "Fornecimento de energia elétrica" no período de 9 meses findos em 30.09.2012 foi de R$ 103.952.

22 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Controladora							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	38.152	35.447	4.452	4.270	117.352	104.114	14.456	13.185
Serviço de terceiro	22.612	20.832	1.142	1.358	65.424	63.634	2.936	3.785
Material	7.247	5.223	303	290	19.234	17.523	751	697
Combustível para geração	1.471	8.284	-	-	26.636	22.756	-	-
Royalties [25]	37.627	33.483	-	-	79.333	65.740	-	-
Depreciação e amortização	89.908	89.979	-	-	267.056	270.981	-	-
Seguros	2.527	3.094	79	(14)	7.577	7.182	253	208
Taxa de fiscalização	2.590	2.792	-	-	7.772	8.375	-	-
Aluguéis	815	1.658	254	206	2.295	5.247	777	683
Outros	6.949	4.367	13	18	12.216	8.334	(75)	63
	209.898	**205.159**	**6.243**	**6.128**	**604.895**	**573.886**	**19.098**	**18.621**

[25] Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

	Consolidado							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	38.975	36.256	4.452	4.270	120.295	106.571	14.456	13.185
Serviço de terceiro	29.985	28.310	1.142	1.358	87.192	88.124	2.936	3.785
Material	8.852	5.970	303	290	22.486	19.692	751	697
Combustível para geração	4.810	11.067	-	-	38.452	31.436	-	-
Royalties [26]	44.505	39.118	-	-	99.341	81.233	-	-
Depreciação e amortização	145.561	136.379	-	-	427.517	404.057	-	-
Seguros	3.222	3.963	79	(14)	10.368	9.152	253	208
Taxa de fiscalização	3.205	3.382	-	-	9.617	10.144	-	-
Aluguéis	1.303	2.270	254	206	3.526	6.943	777	683
Outros	7.501	4.616	13	18	13.238	17.394	(75)	63
	287.919	**271.331**	**6.243**	**6.128**	**832.032**	**774.746**	**19.098**	**18.621**

Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Controladora							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	1.198	2.625	16.059	13.262	4.252	7.489	49.451	38.220
Administradores	-	-	4.497	4.972	-	-	13.371	12.932
Serviço de terceiro	164	332	8.895	8.852	426	1.193	28.416	27.510
Material	7	3	619	708	17	19	1.437	1.549
Depreciação e amortização	-	-	1.815	2.765	-	-	6.022	8.262
Aluguéis	50	53	1.288	774	161	168	3.432	2.271
Propaganda e publicidade	-	-	987	2.211	-	-	2.948	3.749
Indenizações	-	-	662	164	-	-	2.040	1.122
Contribuições e doações	-	-	942	93	-	-	3.050	2.852
Contribuição PREVIG	-	-	697	2.821	-	-	1.830	6.909
Contribuições setoriais	-	-	1.003	1.088	-	-	3.044	3.050
Outros	-	-	2.875	1.914	-	582	8.882	7.128
	1.419	**3.013**	**40.339**	**39.624**	**4.856**	**9.451**	**123.923**	**115.554**

[26] Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

	Consolidado							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	1.198	2.625	16.557	13.768	4.252	7.489	50.584	39.860
Administradores	-	-	4.870	5.190	-	-	14.415	13.526
Serviço de terceiro	1.570	1.429	9.509	9.298	4.284	3.813	30.349	29.423
Material	7	5	624	711	17	21	1.448	1.556
Depreciação e amortização	-	-	1.821	2.772	-	-	6.041	8.283
Aluguéis	50	52	1.498	873	161	179	3.970	2.666
Propaganda e publicidade	-	-	987	2.211	-	-	2.948	3.749
Indenizações	-	-	661	164	-	-	2.104	2.401
Contribuições e doações	-	-	1.127	286	-	-	3.784	3.045
Contribuição PREVIG	-	-	697	2.821	-	-	1.830	6.909
Contribuições setoriais	-	353	1.585	1.245	-	916	4.590	3.435
Outros	26	211	3.177	1.958	27	870	9.098	6.026
	2.851	**4.675**	**43.113**	**41.297**	**8.741**	**13.288**	**131.161**	**120.879**

23 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados	14.253	8.118	35.388	27.032
Juros sobre valores a receber	4.000	2.554	7.391	8.700
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.295	1.870	6.566	6.319
Variação monetária de ganho em ação judicial	-	-	29.256	-
Ganho na liquidação antecipada de dívida	49.126	-	49.126	-
Outras receitas financeiras	358	1.831	3.114	2.857
	70.032	**14.373**	**130.841**	**44.908**
Despesas financeiras				
Juros				
Empréstimos e financiamentos	12.510	10.516	33.202	34.682
Debêntures	2.968	5.816	13.721	23.399
Concessões a pagar	23.190	20.354	66.714	57.684
Passivo atuarial líquido	4.967	4.017	14.902	12.049
Provisões	2.067	1.980	7.014	5.795
Variação Monetária				
Empréstimos e financiamentos	287	-	4.186	-
Debêntures	717	2.742	11.064	13.869
Concessões a pagar	17.069	33.902	32.801	56.952
Provisões	592	1.204	4.767	3.935
Variação Cambial				
Empréstimos e financiamentos	14.189	3.007	29.601	18.079
Outras despesas financeiras				
Outras	4.976	7.119	13.387	16.701
	83.532	**90.657**	**231.359**	**243.145**
Despesas financeiras, líquidas	**13.500**	**76.284**	**100.518**	**198.237**

	Consolidado			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados	24.485	14.849	59.163	48.848
Juros sobre valores a receber	2.196	3.135	6.542	10.877
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.327	2.076	6.664	6.533
Ganho de ação judicial	-	-	29.256	-
Ganho na liquidação antecipada de dívida	49.126	-	49.126	-
Outras receitas financeiras	411	1.831	3.267	3.004
	78.545	**21.891**	**154.018**	**69.262**
Despesas financeiras				
Juros				
Empréstimos e financiamentos	53.632	52.892	153.845	155.003
Debêntures	2.968	5.816	13.721	23.399
Concessões a pagar	34.657	31.104	100.408	89.141
Passivo atuarial líquido	4.967	4.017	14.902	12.049
Provisões	2.091	2.013	7.091	5.893
Variação Monetária				
Empréstimos e financiamentos	287	-	4.186	-
Debêntures	717	2.742	11.064	13.869
Concessões a pagar	19.446	38.991	49.699	71.383
Provisões	658	1.232	4.898	4.023
Variação Cambial				
Empréstimos e financiamentos	14.189	3.007	29.601	18.079
Outras despesas financeiras				
Outras	6.876	8.407	16.864	20.489
	140.488	**150.221**	**406.279**	**413.328**
Despesas financeiras, líquidas	**61.943**	**128.330**	**252.261**	**344.066**

24 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	2013		2012		2013		2012	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	**574.199**	**574.199**	**552.368**	**552.368**	**1.648.226**	**1.648.226**	**1.488.462**	**1.488.462**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(143.550)**	**(51.678)**	**(138.092)**	**(49.713)**	**(412.057)**	**(148.340)**	**(372.116)**	**(133.962)**
Diferenças permanentes:								
Equivalência patrimonial	12.029	4.330	15.686	5.647	36.361	13.090	48.672	17.522
Incentivos fiscais	6.888	-	5.190	-	15.352	-	14.101	-
Outras	(700)	(131)	(965)	(207)	(2.285)	(383)	(3.245)	(435)
	(125.333)	**(47.479)**	**(118.181)**	**(44.273)**	**(362.629)**	**(135.633)**	**(312.588)**	**(116.875)**
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(158.905)	(59.892)	(134.982)	(50.649)	(392.287)	(147.292)	(300.726)	(113.586)
Diferido	33.572	12.413	16.801	6.376	29.658	11.659	(11.862)	(3.289)
	(125.333)	**(47.479)**	**(118.181)**	**(44.273)**	**(362.629)**	**(135.633)**	**(312.588)**	**(116.875)**
Alíquota efetiva	**21,8%**	**8,3%**	**21,4%**	**8,0%**	**22,0%**	**8,2%**	**21,0%**	**7,9%**

	Consolidado							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	2013		2012		2013		2012	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	**597.541**	**597.541**	**582.573**	**582.573**	**1.711.522**	**1.711.522**	**1.583.914**	**1.583.914**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(149.385)**	**(53.779)**	**(145.643)**	**(52.432)**	**(427.881)**	**(154.037)**	**(395.979)**	**(142.552)**
Diferenças permanentes:								
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	1.430	401	1.589	494	6.770	2.114	4.409	1.324
Incentivos fiscais	6.888	-	5.190	-	15.352	-	14.101	-
Outras	(1.214)	(339)	(1.315)	(396)	(2.796)	(610)	(4.745)	(1.058)
	(142.281)	**(53.717)**	**(140.179)**	**(52.334)**	**(408.555)**	**(152.533)**	**(382.214)**	**(142.286)**
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(175.140)	(65.873)	(153.373)	(57.411)	(434.353)	(162.802)	(359.448)	(135.071)
Diferido	32.859	12.156	13.194	5.077	25.798	10.269	(22.766)	(7.215)
	(142.281)	**(53.717)**	**(140.179)**	**(52.334)**	**(408.555)**	**(152.533)**	**(382.214)**	**(142.286)**
Alíquota efetiva	**23,8%**	**9,0%**	**24,0%**	**8,9%**	**23,9%**	**8,9%**	**24,1%**	**9,0%**

25 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos:

a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no período de 9 meses findo em 30.09.2013, além do observado na transação a seguir mencionada.

Operação de *hedge* de valor justo

Conforme mencionado na Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos, em agosto de 2013, concomitantemente à contratação do empréstimo obtido junto ao HSBC USA, a Companhia contratou uma operação de *swap* com a subsidiária brasileira do HSBC (HSBC Brasil) para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, inclusive o imposto de renda incidente sobre os seus pagamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. As liquidações de ambos os instrumentos ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro dos mesmos. Desta forma, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte americano. Em 30.09.2013 os valores dos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e a valor justos são os seguintes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Juros	Custo amortizado	Ajuste a valor Justo	Saldo contábil
Empréstimo HSBC USA	US$ 90.000	1,18% a.a. + 15% (IR) = 1,3882% a.a.	**201.056**	**(2.276)**	**198.780**
Swap					
Posição ativa	US$ 90.000	1,3882% a.a.	(201.056)	2.276	(198.780)
Posição passiva	R$ 207.315	99,9% do CDI	209.487	(37)	209.450
			8.431	**2.239**	**10.670**

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para 30.09.2014 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado:

	Posição 30.09.2013	Cenário Provável	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%(*)	Δ + 50%(*)
Variação das taxas de juros e índices:					
- TJLP	5,00%	5,00%	-	1,25 p.p.	2,50 p.p.
- CDI	8,71%	9,75%	+1,04 p.p.	2,58 p.p.	5,22 p.p.
- IPCA	5,86%	6,21%	+0,35 p.p.	1,55 p.p.	3,11 p.p.
- IGP-M	4,40%	6,27%	+1,87 p.p.	1,57 p.p.	3,14 p.p.
Variação de moeda:	**Cotação da moeda**				
- Euro	3,02	3,25	+7,62%	4,06	4,87

(*) Variações sobre o cenário provável.

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre os índices vigentes em 30.09.2013 (TJLP) ou os índices efetivados nos últimos doze meses (CDI, IPCA e IGP-M) com as previsões destes no cenário provável para 30.09.2014. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais que poderão ser causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se materializem, são os seguintes:

Risco nas variações das taxas de juros e índices flutuantes:

	Saldo em 30.09.2013	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.470.131	-	(27.821)	(57.722)
- CDI	291.220	(1.420)	(3.480)	(6.977)
- IPCA	147.398	(531)	(2.344)	(4.688)
		(1.951)	**(33.645)**	**(69.387)**
Empréstimo com *hedge*				
- CDI	209.450	(1.948)	(4.773)	(9.568)
Debêntures				
- IPCA	168.564	(377)	(1.660)	(3.312)
Concessões a pagar				
- IGP-M	1.065.247	(20.726)	(17.363)	(34.726)
- IPCA	475.817	(1.582)	(7.008)	(14.016)
		(22.308)	**(24.371)**	**(48.742)**
Total		**(26.584)**	**(64.449)**	**(131.009)**

As variações da taxa flutuante *Euribor*, em 30.09.2013, foram de 0,26 p.p. e o saldo do passivo financeiro indexado a esta taxa de juros na mesma data é de R$ 128.503. Eventuais variações dessa taxa não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente demonstrada.

Risco na variação cambial:

	Saldo em 30.09.2013	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- Euro	**128.503**	**(9.525)**	**(33.745)**	**(67.526)**

Não foi calculada sensibilidade para a variação cambial do empréstimo em dólar norte americano integralmente coberto por operação de *hedge*.

a.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

a.3) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, conforme anteriormente mencionado, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos federais, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

a.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

b) Categoria dos instrumentos financeiros relevantes

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	**31.12.2012**	**30.09.2013**	**31.12.2012**
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	227.623	733.110	750.793	1.166.144
Depósitos vinculados	9	-	107.877	104.619
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários à vista	1.087	3.207	14.507	13.832
Contas a receber de clientes	465.839	413.001	759.659	622.916
Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Créditos com controladas	129.276	37.026	-	-
	910.720	**1.273.230**	**1.719.722**	**1.994.397**
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	125.717	127.546	317.179	219.328
Empréstimos e financiamentos	578.691	650.978	3.091.875	3.205.955
Debêntures	168.564	328.590	168.564	328.590
Concessões a pagar	1.065.247	967.887	1.541.064	1.428.926
Mensurados ao valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	198.780	-	198.780	-
Instrumento financeiro derivativo - *swap*	10.670	-	10.670	-
	2.147.669	**2.075.001**	**5.328.132**	**5.182.799**

As aplicações financeiras correspondem substancialmente aos recursos mantidos no fundo de investimento exclusivo. O valor justo deste instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem o fundo em mercado ativo (Nível I).

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças, entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	30.09.2013		31.12.2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	450.188	403.216	435.372	435.269
- Em moeda estrangeira sem *hedge*[27]	128.503	123.349	215.606	244.638
- Em moeda estrangeira com *hedge*	209.450	209.450	-	-
Debêntures	168.564	170.961	328.590	340.460
Concessões a pagar	1.065.247	1.494.287	967.887	1.817.911
	2.021.952	**2.401.263**	**1.947.455**	**2.838.278**

	Consolidado			
	30.09.2013		31.12.2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.963.372	2.919.778	2.990.349	2.993.824
- Em moeda estrangeira sem *hedge*	128.503	123.349	215.606	244.638
- Em moeda estrangeira com *hedge*	209.450	209.450	-	-
Debêntures	168.564	170.961	328.590	340.460
Concessões a pagar	1.541.064	2.116.637	1.428.926	2.550.529
	5.010.953	**5.540.175**	**4.963.471**	**6.129.451**

[27] Contabilidade de *hedge*

26 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO				PASSIVO			
	Contas a receber				Fornecedores			
	Energia	Serviços	Outras	Dividendos a receber	Energia	Materiais e serviços	Juros sobre o capital próprio	Outras
30.09.2013								
CEE	26.047	-	-	20.359	-	-	-	-
CESS	965	-	-	1.637	-	-	-	-
Lages	1.356	167	-	7.280	-	-	-	-
TBLC	69.771	-	-	100.000	-	-	-	-
Itasa	-	2.496	-	-	4.122	-	-	205
Ceste	-	1.408	-	-	-	-	-	-
GSELA	-	-	263	-	-	-	-	-
Outras	-	-	250	-	134	-	-	-
Total	**98.139**	**4.071**	**513**	**129.276**	**4.256**	**-**	**-**	**205**
31.12.2012	**130.199**	**3.793**	**464**	**37.026**	**4.260**	**101**	**189.783**	**193**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	RESULTADO					
	Receita			Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
3º trimestre de 2013						
CEE	-	-	-	-	-	3.691
CESS	2.787	283	62	-	-	-
Lages	2.638	502	56	-	-	-
TBLC	216.665	-	113	-	-	-
Itasa	-	3.744	-	23.936	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-
Ceste	-	4.316	-	-	-	-
Controladas TBLP	-	-	265	-	-	-
Leme	-	-	-	-	283	-
Outras	-	-	1	-	-	-
Total	**222.090**	**8.845**	**497**	**23.936**	**283**	**3.691**
3º trimestre de 2012	**274.220**	**8.143**	**476**	**28.049**	**326**	**89**

	RESULTADO					
	Receita			Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
Acumulado 9 meses de 2013						
CEE	-	-	-	-	-	4.835
CESS	6.126	849	180	-	-	-
Lages	5.600	1.505	163	-	-	-
TBLC	726.315	-	327	-	-	-
Itasa	-	11.089	-	65.987	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-
Ceste	-	12.884	-	-	-	-
Controladas TBLP	-	-	784	-	-	-
Leme	-	-	-	-	794	-
Outras	-	-	283	-	91	-
Total	**738.041**	**26.327**	**1.737**	**65.987**	**885**	**4.835**
Acumulado 9 meses de 2012	**875.890**	**24.887**	**1.391**	**97.370**	**923**	**407**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contrato	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 30.09.2013
Compra:					
TBLE - Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	1.249.452
TBLE - Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	505.728
Venda:					
TBLE - TBLC	322	2015/2016	IPCA	Março	682.396
TBLE - TBLC	950	2013	IGP-M	Julho	208.690
TBLE - Lages	16	2017	IGP-M	Abril	50.745
TBLE - CESS	5	2037	IPCA	Janeiro	161.872
TBLC - CEE	15	2041	IPCA	Outubro	659.434
TBLC – Projeto Trairi	64	2032	IPCA	Dezembro	1.645.707

De acordo com a política comercial da Companhia, as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 30.09.2013
Itasa	16.10.2030	IGP-M	212.848
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	197.919
CESS	15.10.2023	IGP-M	11.414
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	3.010

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os valores contratados pelo prazo de 4 anos são definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. O valor anual contratado com suas controladas é de R$ 1.985.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 30.09.2013
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú e Trairí.	2.496.827
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	16.357

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 30.09.2013 é de R$ 221.042. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R$ 44.807 em 2013, R$ 66.483 em 2014, R$ 7.812 em 2015, R$ 850 em 2017, R$ 17.084 em 2022, R$ 51.796 em 2023 e R$ 32.210 por prazo indeterminado.

f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como para a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. A remuneração do mútuo corresponde à variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 30.09.2013 é de R$ 16.273.

g) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração nos períodos encerrados em 30.09.2013 e 30.09.2012 estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Honorários e benefícios de curto prazo	6.946	6.639	7.748	7.129
Bônus dos administradores	3.152	3.205	3.260	3.205
Benefícios pós-emprego	625	525	625	525
Encargos sociais	2.648	2.563	2.782	2.667
	13.371	**12.932**	**14.415**	**13.526**

27 – SEGUROS

Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro é até 31.05.2014 e o valor da cobertura é de R$ 10.726.705 na controladora e R$ 14.173.855 no consolidado, conforme a seguir demonstrado.

	Controladora		Consolidado	
Tipo de usina	Danos materiais	Lucro cessante	Danos materiais	Lucro cessante
Usinas hidrelétricas	6.425.219	116.719	9.041.629	197.382
Usinas termelétricas	2.729.085	1.455.682	2.729.085	1.455.682
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	-	-	648.309	101.768
	9.154.304	**1.572.401**	**12.419.023**	**1.754.832**

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R$ 1.070.000, por evento.

Riscos de engenharia

O Ceste possui seguro de risco de engenharia com cobertura de manutenção ampla de um ano após a entrada em operação das unidades da UHE Estreito. A cobertura total de manutenção ampla é de R$ 2.404.630, correspondente a R$ 963.535 relativos à participação da Companhia no consórcio.

Os projetos eólicos possuem seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil nas obras. Os seguros de risco de engenharia possuem cobertura de R$ 483.327 para danos materiais e manutenção ampla e de R$ 37.600 para cobertura de perda de lucros esperados, e o de responsabilidade civil nas obras tem cobertura de R$ 20.000, para todo o período da obra.

Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

28 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas nas divulgações das demonstrações contábeis de 31.12.2012.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são os seguintes:

- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica;
- Contrato de venda de créditos de carbono – *Certified Emission Reduction* (CER);
- Contratos de conexão à rede elétrica;
- Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD);
- Compra de gás natural;
- Operações de arrendamento mercantil;
- Contratos de construção em andamento; e
- Contratos de modernização das usinas.

Não houve nenhuma alteração significativa nos compromissos de longo prazo no período de 9 meses de 2013, exceção feita ao fornecimento de gás natural para a UTE William Arjona, conforme comentado a seguir:

No mês de janeiro de 2013, a Companhia ingressou com um pedido junto ao Presidente do STJ requerendo a perda da eficácia da decisão que garantiu a Petrobras suspender, no ano de 2012, o fornecimento de gás para a UTE William Arjona.

Tal pedido foi aceito permitindo a retomada do fornecimento de gás até 22.02.2013, quando o fornecimento foi novamente suspenso após nova decisão da Ministra relatora da Medida Cautelar interposta pela Petrobras no recurso especial que restabeleceu o direito da Petrobras de não fornecer o gás até o julgamento final do Agravo Regimental.

29 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa foram realizadas nos períodos findos em 30.09.2013 e 30.09.2012.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Compensação de imposto de renda e contribuição social	69.528	10.024	70.752	11.374
Aplicação no imobilizado e intangível em contrapartida de fornecedores	9.606	1.187	30.227	12.298
Aplicação no imobilizado provisionada por estimativa de desembolsos futuros	-	-	84.035	-
Juros capitalizados sobre financiamentos e concessões a pagar	-	-	17.172	29.404
Dividendos propostos a receber de controladas	100.000	10.546	-	-
Parcelas remanescentes a pagar na aquisição de investimentos	-	-	15.881	-

30 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Crédito de juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25.10.2013, aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, no valor bruto de R$ 244.800, correspondente a R$ 0,3750332107 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio nos registros contábeis da Companhia ocorrerá na data de 31.12.2013, com base na posição acionária do dia 25.11.2013 e as ações da Companhia passarão a ser negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 26.11.2013.

Os juros, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos com base nos dados cadastrais existentes no Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva e comunicada através de Aviso aos Acionistas.

Instrução Normativa n° 1.397 da Receita Federal do Brasil

Em 16.09.2013, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Instrução Normativa n° 1.397 definindo de forma geral que, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica sujeita ao Regime Tributário de Transição (RTT), devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007, dentre outras disposições.

Em 03.10.2013, representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), após reunião de discussão sobre a referida Instrução com o Secretário da Receita Federal, emitiram comunicado conjunto para divulgar a informação de que não haverá dupla contabilidade nem a tributação de dividendos, juros sobre capital próprio e equivalência patrimonial pela diferença entre os critérios contábeis societários e fiscais até dezembro de 2013, e que a RFB informou também que serão agilizadas a emissão de Medida Provisória sobre a matéria tributária acima mencionada e a revisão da Instrução, para vigorar apenas a partir do exercício de 2014.

A Administração da Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações contábeis decorrentes deste assunto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Willem Frans Alfons Van Twembeke
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Identificação das projeções

a) Objeto da projeção

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item "d" abaixo.

As projeções realizadas são meras estimativas razoáveis que normalmente dependem de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção (juros sobre Capital Próprio e Capital de Terceiros).

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 31.12.2012 a Companhia havia divulgado as seguintes projeções para os anos de 2013, 2014 e 2015:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 4ª trimestre de 2012 na DFP (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	**2013**	**2014**	**2015**
Financiado com dívida	205	-	-
Financiado com capital próprio	989	203	169
Total	**1.194**	**203**	**169**

Nos dois primeiros trimestres de 2013 as projeções apresentaram as composições abaixo:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 1ª trimestre de 2013 (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	**2013**	**2014**	**2015**
Financiado com dívida	153	-	-
Financiado com capital próprio	543	749	230
Total	**696**	**749**	**230**

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 2ª trimestre de 2013 (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	**2013**	**2014**	**2015**
Financiado com dívida	153	-	-
Financiado com capital próprio	586	749	230
Total	**739**	**749**	**230**

Já no presente trimestre as projeções foram revistas e a posição vigente passou a ser as seguintes:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 3ª trimestre de 2013 (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	**2013**	**2014**	**2015**
Financiado com dívida	151	-	-
Financiado com capital próprio	588	776	228
Total	**738**	**776**	**228**

Nota: As projeções acima não consideram os efeitos dos juros sobre o capital de terceiros incorridos sobre as construções.

a) Alteração nas projeções para 2013, 2014 e 2015 feitas durante o primeiro trimestre de 2013:

a.1) Investimentos previstos para o ano de 2013

Financiado com dívida:

A redução no montante previsto para 2013 decorreu, substancialmente, da alteração na estrutura de financiamento do Complexo Eólico Trairi.

Financiado com capital próprio:

A redução no montante previsto para 2013, de R$ 446 milhões, em relação aos R$ 989 milhões divulgados no quarto trimestre, é derivada dos seguintes principais fatores: (i) redução de R$ 511 milhões decorrente da postergação para 2014 do investimento na aquisição de Jirau; (ii) aumento de gastos na UHE Estreito no montante de R$ 52 milhões; (iii) aumento de R$ 38 milhões decorrente de alteração na estrutura de financiamento do Complexo Eólico Trairi; e (iv) redução de R$ 25 milhões devido à postergação de investimentos em novos projetos eólicos, anteriormente previstos para o ano de 2013.

a.2) Investimentos previstos para os anos de 2014 e 2015

O incremento nos montantes previstos de financiamento com o capital próprio para os anos de 2014 e 2015 refere-se, essencialmente, à postergação de 2013 para 2014 do investimento na aquisição de Jirau, conforme anteriormente comentado, e à revisão global do programa de manutenção e modernização do parque gerador da Companhia.

b) Alteração nas projeções para 2013 feitas no segundo trimestre de 2013:

Financiado com capital próprio:

O aumento no montante previsto para 2013 de R$ 543 milhões para R$ 586 milhões, divulgados no primeiro trimestre, é derivado de aumento de investimento em Estreito.

c) Alteração nas projeções para 2013, 2014 e 2015 feitas durante o terceiro trimestre de 2013:

Não houve alteração significativa nas projeções no 3° trimestre de 2013, exceto quanto ao aumento das projeções no ano de 2014 decorrente da revisão do programa de manutenção e modernização do parque gerador da Companhia.

d) Investimentos realizados até o terceiro trimestre de 2013:

No 3º trimestre de 2013 foram realizados investimentos na ordem de R$ 174 milhões, dos quais R$ 123 milhões foram aplicados na construção de novas usinas (UHE Estreito e Complexo Eólico Trairi) e R$ 51 milhões foram destinados ao programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes.

O investimento acumulado no período de nove meses atingiu o montante de R$ 483 milhões, dos quais R$ 298 milhões foram aplicados na construção de novas usinas (UHE Estreito e Complexo Eólico Trairi) e R$ 185 milhões foram destinados ao programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes.

Outras informações que a Companhia Entenda ser Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tractebel Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações intermediárias em 30 de setembro de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 25 de outubro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 25 de outubro de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 25 de outubro de 2013.